



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA NORMAL SUPERIOR
Curso de Licenciatura em Geografia

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL NO ENTORNO DA UNIDADE DE
CONSERVAÇÃO PARQUE ESTADUAL SUMAÚMA**

GRACE RENTE DOS SANTOS

MANAUS – AMAZONAS
2019

GRACE RENTE DOS SANTOS

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL NO ENTORNO DA UNIDADE DE
CONSERVAÇÃO PARQUE ESTADUAL SUMAÚMA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade do Estado do Amazonas para a
obtenção do título de Licenciado em Geografia

Orientador: Prof^o Dr. Valdir Soares de
Andrade Filho

MANAUS – AMAZONAS

2019

GRACE RENTE DOS SANTOS

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL NO ENTORNO DA UNIDADE DE
CONSERVAÇÃO PARQUE ESTADUAL SUMAÚMA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade do Estado
do Amazonas para a obtenção do título de licenciado em Geografia

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof. Valdir Soares de Andrade Filho

1º avaliador: Prof. Fábio Bassini

2º avaliador: Prof. Carlossandro Carvalho Albuquerque

Manaus, 04 de Dezembro de 2019

Aos meus pais Kleber e Gracirene pelo estímulo que me impulsionou a buscar vida nova a cada dia, meus agradecimentos por terem aceitado se privar de minha companhia pelos estudos, concedendo a mim a oportunidade de me realizar ainda mais.

Ao meu marido Fernando pelo apoio.

Aos meus filhos Otávio e Maria Fernanda que me fez chegar aqui e se privou de minha companhia pelos estudos

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela oportunidade e pelo o privilégio que nos foram dados em compartilhar tamanha experiência.

À minha família, pelo incentivo, em especial, ao meu pai e minha mãe, pelo apoio financeiro no início da minha carreira acadêmica, sem o qual não estaria alcançando mais essa meta em minha vida.

Ao Prof. Valdir Soares de Andrade Filho, pela orientação e acompanhamento em todas as fases de desenvolvimento deste projeto de conclusão de curso.

Aos moradores do bairro Cidade Nova pela compreensão ao responder os questionários, em especial, ao senhor Antônio Augusto de Oliveira Leite (Presidente do Instituto Sumaúma).

Aos meus amigos Dorothy Ivila, Elison Sevalho, Rafael Rodrigues, Danielle Furtado e Lucyanna Moura pela valiosa ajuda na coleta dos dados junto aos moradores do bairro. Sem essa ajuda teria sido muito difícil. E também pelos bons momentos de conversas, sempre me incentivaram, nos momentos que eu mais precisava e ao meu grande companheiro Fernando Pimentel pelo apoio e incentivo.

Ao Curso de Licenciatura em Geografia (professores e colaboradores).

Ao Parque Estadual Sumaúma, ao Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação – DEMUC e seus gestores e funcionários pelo valioso apoio logístico e informações necessárias para a realização deste trabalho e pela permissão de realizar os estudos no Parque.

RESUMO

O Brasil apresenta-se com o título de detentor da maior diversidade biológica do planeta. Visando realizar ações para proteger a enorme biodiversidade no país, adotam-se estratégias em formas de modelo *in situ* de conservação por meio das unidades de conservação. Para a conservação da biodiversidade, são utilizadas ainda medidas controladoras e reguladoras. As unidades de conservação, especialmente as de proteção integral, são componentes essenciais para a conservação da biodiversidade, e desempenham um importante papel para o bem estar da sociedade. Portanto, este trabalho tem como objetivo avaliar a percepção dos moradores do entorno do Parque Estadual Sumaúma quanto às questões ambientais. Neste estudo serão utilizados os métodos indutivo e hipotético dedutivo. Quanto à elaboração dos questionários, foram utilizadas perguntas estruturadas (tipos sistemáticas) e perguntas não estruturadas (são chamadas de livres, assistemáticas ou antropológicas). Foi solicitado ao entrevistado que caracterizasse o grau de relevância em relação ao Parque Estadual Sumaúma no que diz respeito à comunidade do entorno. A aplicação dos questionários deu-se de forma aleatória, desde que estivessem em casa, dois indivíduos por família, independente de gênero podendo ser masculino ou feminino, desde que maior de dezoito anos. As entrevistas iniciaram com perguntas voltadas ao perfil sociocultural dos moradores, logo, questões voltadas à percepção ambiental e sobre a Unidade de Conservação, para entender a relação desses habitantes com o parque e a gestão, destacando os benefícios e malefícios para quem domicilia próximo de uma área preservada. Para a análise de dados, foram feitas transcrições fieis e integrais das entrevistas gravadas e a categorização das informações coletadas. Espera-se que as análises deste projeto possam apoiar os gestores, tomadores de decisão e os próprios comunitários a reavaliarem suas relações com os recursos naturais ao seu redor, tendo em vista que espera-se ter um maior entendimento relacionado com o antes da implantação da Unidade de Conservação assim como o depois da sua efetivação. Os resultados obtidos neste estudo permitem concluir que a percepção ambiental dos moradores do entorno do Parque Sumaúma é, em alguns aspectos, muito limitada e fragmentada em relação à importância do Parque para a população e quanto ao conhecimento das atividades oferecidas pelo Parque, necessitando de grande atenção do poder público para uma melhor gestão ambiental e social do local.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Unidades de conservação; Fenomenologia

ABSTRACT

Brazil presents itself as the holder of the largest biological diversity on the planet. In order to take actions to protect a huge biodiversity in the country, strategies are adopted in model forms in the conservation area through conservation units. For the conservation of biodiversity, controlling and regulatory measures are also used. Conservation units, especially those with full protection, are essential components for biodiversity conservation and play an important role for the welfare of society. Therefore, this paper aims to evaluate the perception of residents of Sumaúma State Park regarding environmental issues. In this study, the inductive and hypothetical deductive methods will be used. As for the elaboration of questionnaires, we used structured questions (systematic types) and unstructured questions (called freedom, unsystematic or anthropological). The interviewee was asked to characterize or degree of relevance in relation to the Sumaúma State Park, which does not concern the surrounding community. The application of the questionnaires was random, since we were at home, two individuals per family, regardless of gender, and may be male or female, since ten years ago. The interviews start with questions focused on the socio-cultural profile of the residents, thus, questions related to the environmental perception and a Conservation Unit, to understand the relationship of these inhabitants with the park and management, highlighting the benefits and harms for who is the next home. preserved. For data analysis, data transcripts and integral interviews were recorded and categorization of information collected. It is hoped that as this project project can support managers, decision makers and authorized users to re-evaluate their relationships with the surrounding natural resources, given that they are expected to have a greater relationship with them prior to the implementation of the Unit. Conservation as after its effective. The results of this study concluded that the environmental perception of Parque Sumaúma residents is, in some respects, very limited and fragmented in relation to the importance of the Park to the population and to the knowledge of the activities offered by the Park, which need great attention from the power. public for better environmental and social management of the site.

Keywords: Sustainability; Conservation Units; Phenomenology

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Unidades de Conservação Federais, Estaduais, Municipais e Terras Indígenas.....	1
Figura 2. Cronologia de criação das UCs do Amazonas, divididas em três períodos relacionados antes, durante e depois à criação da SDS.....	1 2
Figura 3. Entrada do Parque Estadual Sumaúma.....	1 9
Figura 4. Localização do Parque estadual Sumaúma, na área urbana do município de Manaus, Amazonas.....	2 0
Figura 5. Raízes de sumaúma (<i>Ceiba pentandra</i>) chamadas, assim, de sapopemas dentro do Parque Sumaúma.....	2 2
Figura 6. Perfil dos 48 entrevistados.....	2 8
Figura 7. Pergunta 1) Você tem conhecimento da existência e/ou já visitou o Parque Sumaúma?.....	3 0
Figura 8. Pergunta 2) Recomendaria aos outros para visitar o Parque Sumaúma?.....	3 1
Figura 9. Pergunta 3) Você conhece as atividades existentes no Parque Sumaúma?.....	3 2
Figura 10. Corpo de bombeiros do Parque Sumaúma dando orientações a uma turma do ensino infantil.....	3 2
Figura 11. Centro de convivência para reuniões do Parque Estadual Sumaúma.....	3 3

Figura 12. Pequeno parque infantil do Parque Estadual Sumaúma.....	3
Figura 13. Esculturas localizadas nas trilhas do Parque Estadual Sumaúma.....	3
...	4
Figura 14. Pergunta 4) Qual a importância do Parque Sumaúma para a comunidade?.....	3
...	5
Figura 15. Pergunta 5) O Parque Sumaúma traz benefícios ou prejuízos para o bairro?.....	3
Figura 16. Pergunta 6) Você concorda que a participação dos moradores é importante para a preservação do Parque Sumaúma?.....	6
Figura 17. Descarte inadequado e coleta de lixo na área do Parque Sumaúma.....	3
...	8
Figura 18. Mapa do Parque Estadual Sumaúma elaborado pelo Laboratório de Geoprocessamento (LabGeo) do Ministério Público Estadual (MP-AM).....	4
	1

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 OBJETIVOS	4
3 REVISÃO DE LITERATURA.....	5
3.1 Unidades de Conservação.....	5
3.1.1 Áreas Protegidas no Estado do Amazonas.....	9
3.2 Percepção Ambiental e Fenomenologia	13
4 MATERIAL E MÉTODOS.....	19
4.1 Área de estudo.....	19
4.2 Coleta de Dados	24
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	28
5.1 Descrição do perfil dos entrevistados	28
5.2 Caracterização das principais percepções dos moradores do entorno do Parque Sumaúma.....	29
6 CONCLUSÃO.....	43
REFERÊNCIAS.....	44

1 INTRODUÇÃO

O Brasil apresenta-se com o título de detentor da maior diversidade biológica do planeta, contando com pelo menos 10 a 20% do número total de espécies mundiais, assumindo, assim, um total de 8 a 13%, aproximadamente, do Território Nacional em relação às áreas protegidas (PEREIRA, 1999).

Com relação à flora, o Brasil tem mais de 50.000 espécies descritas, equivalentes entre 20% a 22% do total mundial (MMA, 2009) e o maior número de plantas superiores (NOGUEIRA; SALGADO; NASCIMENTO JUNIOR, 2005). No que concerne à fauna, 10% das espécies de anfíbios, 17% das de aves, e 27% das de mamíferos do planeta estão presentes nos limites brasileiros (MMA, 2009). No país se encontram também mais de 3.000 espécies de peixes de água doce, duas vezes mais espécies do que qualquer outro país (NOGUEIRA; SALGADO; NASCIMENTO JUNIOR, 2005).

Visando realizar ações para proteger a enorme biodiversidade no país, adotam-se estratégias em formas de modelo *in situ* de conservação por meio das unidades de conservação. Dentre as estratégias de conservação da biodiversidade, temos a *in situ* (quando o estoque é preservado mediante a proteção do ecossistema onde o organismo encontra seu meio natural) e *ex situ* (que pode ser parte do organismo – quando é preservado a semente, o sêmen, ou qualquer outro elemento a partir do qual será possível a reprodução do organismo preservado – ou o organismo inteiro – quando uma certa quantidade de organismo é mantida fora do seu meio natural, em plantações, jardins botânicos, zoológicos, aquários, prédios ou coleções para cultivo). Para a conservação da biodiversidade, são utilizadas ainda medidas controladoras e reguladoras (BRASIL, 2004).

Entre as áreas protegidas têm-se as unidades de conservação que são áreas legalmente instituídas com o objetivo de conservar a natureza por meio da manutenção dos processos ecológicos, preservação da biodiversidade e utilização racional das espécies e tipologias vegetacionais existentes. As unidades de conservação, especialmente as de proteção integral, são componentes essenciais para a conservação da biodiversidade, e desempenham um importante papel para o bem estar da sociedade.

Segundo Brasil (2019), as áreas protegidas têm, também, objetivos econômicos embutidos em sua criação. Algumas iniciativas já demonstram na prática como se podem aumentar frentes de trabalho e renda com a criação de novas áreas protegidas, as quais devem ser bem gerenciadas, tendo-se como princípios o uso ordenado e o respeito à capacidade de suporte dos ambientes assim como a aplicação de estratégias de conservação.

Contudo, a intensificação da ocupação do espaço nos municípios brasileiros, e o aumento populacional, não têm sido acompanhados pela criação de estruturas técnicas e administrativas necessárias para a boa gestão das áreas naturais protegidas. Tais áreas, normalmente, possuem características diversas no que tange a esfera administrativa de gestão, tipo de ecossistema, categoria de manejo, tamanho e forma da área etc. Além disso, são geridas por órgãos que não possuem recursos humanos, técnicos e materiais adequados para tal.

De acordo com Brasil (2019) há dois grandes problemas nas áreas naturais protegidas brasileiras: o total de área protegida por bioma é insuficiente para a conservação da biodiversidade; as áreas protegidas já criadas ainda não atingiram plenamente os objetivos que motivaram sua criação.

Entretanto, salienta que a conjuntura atual indica o surgimento de oportunidades favoráveis à superação dos problemas acima expostos, como a Lei Federal n.º 9985 de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e integra sob um único marco legal unidades de conservação da esfera federal, estadual e municipal; bem como a tendência de mudança de postura, ou seja, alguns gestores públicos começam a perceber a categoria de manejo de unidades de conservação de uso sustentável como um mosaico de oportunidades de negócios sustentáveis, com geração de emprego e renda e proteção dos recursos naturais, e não como uma restrição ao desenvolvimento.

Pádua (2000) cita como problema básico das unidades de conservação já criadas a falta de regularização fundiária, além da carência de pessoal capacitado para manejo e gerenciamento. Segundo a autora tornam-se cada vez mais raras as áreas com tamanho suficiente para garantir a proteção adequada da biodiversidade e

a continuidade dos processos naturais que podem ser transformadas em unidades de conservação de proteção integral, sendo inadmissível que as poucas existentes ainda recebam pressões humanas capazes de interferir no cumprimento dos objetivos para os quais foram criadas.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Semeia em 100 parques nacionais, estaduais e municipais do Brasil revelou que 80% estão sem receita gerada por visitação, 21% nem sequer recebem turistas e 58% dessas unidades recebem menos de 50 mil visitas por ano. Dos 69 parques nacionais, 26 estão abertos ao turismo e são administrados pelo ICMBio. Em outros tipos de Unidades de Conservação, como florestas nacionais e áreas de proteção ambiental, o aproveitamento é menor: 88% não têm receita de turismo e 44% não recebem visitantes. Para a diretora do Instituto, Ana Luisa Da Riva, parques e reservas ecológicas podem ser excelentes locais de lazer e turismo, mas sua manutenção custa caro para os governos, que preferem mantê-los fechados e com estruturas precárias. (INSTITUTO SEMEIA, 2012).

A pesquisa aponta que 2/3 (dois terços) dos gestores das Unidades de Conservação analisadas se mostram abertos a parcerias com a iniciativa privada para ajudar na conservação ambiental e fomentar o desenvolvimento econômico da região, através de gestões compartilhadas, com os exemplos mais bem-sucedidos advindos dos parques nacionais de Iguaçu/PR, Tijuca/RJ e Ubajara/CE, que autorizaram a diversas empresas concessões de exploração de serviços e turismo. Com 1,5 milhão e 2,5 milhões de visitantes, Iguaçu e Tijuca, respectivamente, foram responsáveis por 90% do total de visitas em parques nacionais no Brasil em 2012. Enquanto o Brasil registrou seu recorde histórico de 5,5 milhões de visitas aos parques nacionais em 2012, nos EUA, somente 08 parques, no mesmo ano, superaram tais números ao receberem 282,7 milhões de visitantes.

Portanto, este trabalho teve como objetivo avaliar a percepção dos moradores do entorno do Parque Estadual Sumaúma quanto às questões ambientais e no que tange à relevância do Parque, principalmente, para a vizinhança.

2 OBJETIVOS

Geral:

Avaliar a percepção ambiental dos moradores do entorno do Parque Estadual Sumaúma sobre esta Unidade de Conservação.

Específicos:

- Descrever o perfil dos moradores entrevistados amostrados na área de estudo;
- Identificar e caracterizar as principais percepções dos moradores sobre esta unidade de conservação.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Unidades de Conservação

As Unidades de Conservação – UCs, conceituadas pela Lei no 9.985/2000, são territórios, geridos de forma diferenciada, com o objetivo de promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, a educação ambiental, o contato harmônico com a natureza, o lazer e a pesquisa científica. Além desses objetivos, entre os benefícios do estabelecimento de parques, reservas e florestas, podemos destacar a conservação dos solos, a regulação do regime hídrico e a manutenção das condições climáticas, fatores esses que têm, por exemplo, impacto direto na produtividade agropecuária, principalmente nas áreas no entorno das unidades (ALHO, 2008).

A primeira proposta para a criação de parques nacionais no Brasil foi de André Rebouças, em 1876, quatro anos depois da criação do primeiro parque nacional no mundo, o de Yellowstone, nos Estados Unidos. Rebouças propôs a criação de parques nacionais na Ilha do Bananal e em Sete Quedas.

Dentre as primeiras iniciativas com a proteção dos recursos naturais, no Brasil, Maurício de Nassau se preocupava com as então exuberantes florestas do Nordeste e estabelecia medidas destinadas a evitar que fossem cortadas, para não virem a faltar um dia às necessidades públicas. A célebre carta régia de 1797, por sua vez, alertava para a necessidade de serem tomadas precauções para a conservação das matas do Brasil, e evitar que elas fossem arruinadas e destruídas (FUNATURA, 1989).

Para a criação de áreas protegidas, é fundamental a adoção de estratégias que levem em consideração a prioridade na conservação da biodiversidade. SEMA (2004) afirma que a representatividade do ecossistema deve ser peça fundamental na análise nas escalas do local e do global.

De acordo com Funatura (1989), para que uma área seja indicada para a criação de Unidades de Conservação, podem ser identificados os seguintes critérios:

- 1) Deve possuir um elevado grau de preservação da natureza associado à presença de espécies e ecossistemas de relevante valor específico e uma diversidade biológica ou geológica importante;

- 2) Deve possuir belezas cênicas notáveis ou características excepcionais para propiciar recreação e educação ambiental em larga escala;
- 3) Necessidade de proteção de espécies raras, endêmicas, vulneráveis ou em perigo de extinção;
- 4) Existência de sítio natural notável exigindo proteção;
- 5) Existência de ambientes naturais, alguns de área limitada, tais como ninhais, praias de postura de quelônios ou sítios muito restritos de endemismos, necessários à proteção temporária ou permanente de determinadas espécies ou de comunidades bióticas particulares;
- 6) Existência de áreas extensas, em condições primitivas ou pouco alteradas, a respeito das quais haja carência de conhecimentos, dados e recursos para determinar-se a destinação definitiva da área;
- 7) Existência de características biológicas, ecológicas e paisagísticas que recomendem proteção, concomitantemente com condições de ocupação humana ou de utilização que impossibilitem o estabelecimento de outra categoria mais restritiva da área natural protegida;
- 8) Existência de condições ecológicas e biológicas que viabilizem a produção sustentável de madeira e produtos florestais, sem degradação significativa da área;
- 9) Existência de grupos sociais dependentes da coleta de produtos florestais para a sua sobrevivência, quando tais atividades, realizadas em bases sustentáveis, puderem ser compatibilizadas com os demais objetivos de manejo primários e com a conservação da biodiversidade da área, em grau significativo.

As unidades de conservação brasileiras estão sendo regidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e, existem, no Brasil, cerca de 1670 unidades de conservação distribuídas nas esferas federais, estaduais e municipais (MEDEIROS; YOUNG, 2011). O SNUC proporcionou a divisão das unidades de conservação (UC) em dois grupos: Uso Sustentável, que permite o uso dos recursos naturais diretamente; e Proteção Integral, que permite o uso indireto dos recursos. Com isso, percebem-se estratégias distintas de gestão dessas áreas.

As **Unidades de Conservação de Uso Sustentável** têm em suas áreas o manejo ou o uso direto dos recursos naturais, com objetivo de proporcionar a prática

sustentável desses recursos (MOTTA, 2005). Essas unidades são classificadas em sete categorias (BRASIL, 2000):

- Áreas de Proteção Ambiental (APA): caracterizada por possuir grande extensão territorial, com propriedades públicas e privadas, e que visa o controle do processo de ocupação;
- Áreas de Relevante Interesse Ecológico (Arie): são em geral pequenas áreas, com características naturais extraordinárias, constituídas por propriedades privadas e públicas;
- Floresta Nacional (Flona): tem em seu território o domínio público, e foi instituída com objetivo de exploração dos recursos florestais;
- Reservas Extrativistas (Resex): são áreas utilizadas por populações extrativistas tradicionais, que visa a proteção dos meios de vida e cultura dessas populações. O domínio da unidade é público;
- Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS): caracteriza-se por também abrigar populações tradicionais e, assim como a Resex, tem como objetivo básico assegurar a preservação da natureza para manutenção dos meios de vida dessa população;
- Reserva de Fauna (Refau): domínio da área é público, e visa a realização de estudos científicos sobre o manejo econômico sustentável dos recursos faunísticos; e finalmente,
- Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN): são áreas privadas, gravadas com perpetuidade para a conservação da biodiversidade.

Por sua vez, as Unidades de Conservação de Proteção Integral têm como objetivo a preservação do meio ambiente e o uso indireto dos recursos naturais (MOTTA, 2005). Existem cinco categorias de unidades nesse grupo, que são (BRASIL, 2000):

- Estação Ecológica (Esec): área de posse e domínio público, que visa a preservação da natureza e a pesquisa científica;

- Reserva Biológica (Rebio): área destinada para preservação integral dos atributos naturais, de posse e domínio público, sem interferência direta humana;
- Monumento Natural (Mona): tem a característica de preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza natural. Suas áreas podem ser constituídas de propriedades particulares ou públicas;
- Refugio de Vida Silvestre (Revis) que também possuem propriedades particulares e visa a proteção dos ambientes naturais que garantem a reprodução de espécies ou a migração da flora e fauna; e, finalmente,
- Parques Nacionais (Parna): possuem objetivos de preservação de ecossistemas relevantes e de grandes belezas cênicas, possibilitando a realização de visitação/recreação, educação ambiental e pesquisa científica. A posse e o domínio também são públicos.

De acordo com MEDEIROS; YOUNG, 2011, os parques nacionais apresentam inúmeras lacunas e fragilidades, entre elas, regularização fundiária pendente, escassez de funcionários e infraestrutura básica, ausência ou falta de revisão de planos de manejo, ou seja, há problemas nas diferentes fases de gestão – planejamento, implementação e manejo (ou manutenção).

A maior parte dos problemas existentes tem uma causa comum: insustentabilidade financeira das unidades de conservação, ou seja, recursos insuficientes para implantação e manutenção dessas áreas (MEDEIROS e YOUNG, 2011). Picoli (2011), também, confirmou em seu trabalho que os gastos atuais estão aquém dos necessários para a gestão das áreas protegidas.

Segundo Baldwin e Richards (2011), o assunto de criação e manutenção de unidades de conservação não desperta o adequado interesse nem do governo e nem da sociedade. Prevalece a ideia de que investimentos em conservação não necessariamente trazem qualquer benefício econômico, além de atrapalhar o desenvolvimento de atividades produtivas em muitos casos, gerando custos de oportunidade (BALDWIN; RICHARDS, 2011). Este fato aumenta os custos políticos para sustentação dessas áreas protegidas e é uma das principais razões para a

dificuldade de se obter maiores orçamentos públicos para seus programas e atividades.

3.1.1 Áreas Protegidas no Estado do Amazonas

Para a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), área protegida é uma área com limites geográficos definidos e reconhecidos, cujo intuito, manejo e gestão buscam atingir a conservação da natureza, de seus serviços ecossistêmicos e valores culturais associados de forma duradoura, por meios legais ou efetivos.

Pode-se dizer que a criação e a gestão de Unidades de Conservação são utilizadas prioritariamente como estratégias para conservar a biodiversidade. No entanto, por serem ao mesmo tempo instrumentos de ordenamento e gestão territorial, podem vir a contribuir com a promoção do desenvolvimento sustentável das populações que nelas habitam e dos seus entornos.

Segundo a SDS (2013), no Brasil, a criação de Parques Nacionais, até a década de 1960, era justificada, principalmente, por causa da beleza cênica evidente em algumas áreas. A proteção de ecossistemas era definida, do ponto de vista metodológico, de modo ainda precário, principalmente tendo como base a segunda etapa do plano apresentado pela Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) e pelo IBDF, pois, a primeira havia sido concluída em 1979, quando foram propostas 13 áreas para conservação na Amazônia, dentre as quais constavam o Parque Nacional do Pico da Neblina e o Parque Nacional do Jaú.

No nível estadual, a partir de 2003, configura-se uma nova concepção de política ambiental. Nesse âmbito, é criado o Programa Zona Franca Verde no Amazonas, uma política pública que passou a ter no uso dos recursos naturais, um “modelo” de uso sustentável, a partir da melhoria da qualidade de vida das pessoas e da conservação dos recursos naturais, por meio de sistemas de produção florestal, pesqueira e agropecuária e de atividades de turismo com bases ecologicamente saudáveis, socialmente justas e economicamente viáveis, associadas à gestão de UCs e à promoção do etnodesenvolvimento em terras indígenas. Esse programa teve

como base a formulação de políticas públicas que conciliariam objetivos sociais, ambientais e econômicos desenvolvidos a partir de uma política de curto, médio e longo prazo, principalmente direcionada aos municípios do interior do Estado do Amazonas (SDS, 2013).

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS) foi criada, através da Lei n.º 2.783, de 31 de janeiro de 2003, com a finalidade de atuar na formulação, coordenação e implementação da política estadual de meio ambiente, dos recursos hídricos e da fauna e flora, além da gestão de florestas e do ordenamento pesqueiro, visando à valorização econômica, a sustentabilidade dos produtos florestais madeireiros e não madeireiros, e, através da promoção da inclusão social, com ações de fortalecimento das cadeias produtivas, realizadas de forma articulada com as demais instituições de governo. De 2003 a 2007 a gestão das UCs foi de competência do IPAAM, somente transferida para o CEUC de forma definitiva em 2008 (SDS, 2013).

Em 2007, visando efetuar e realizar a gestão do Sistema Estadual de Unidades de Conservação, finalidade esta conferida à SDS pela Lei Delegada Nº 66, de 9 de maio de 2007, fica estabelecida em sua estrutura organizacional o Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), com amparo legal definido por meio da Lei Complementar Nº 53, de 5 de junho de 2007, que institui e regulamenta o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) e pela Lei nº. 3.244, de 4 de abril de 2008, que dispõe sobre a criação da Unidade Gestora do Centro Estadual de Mudanças Climáticas e do Centro Estadual de Unidades de Conservação (UGMUC). O CEUC, órgão gestor das UCs do Estado do Amazonas, tem como missão: Implementar e consolidar o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas, promovendo a conservação da natureza, a valorização socioambiental e o manejo sustentável dos recursos naturais (SDS, 2013). Dessa forma, o CEUC está estruturado em 5 (cinco) departamentos: Departamento de Populações Tradicionais (DPT); Departamento de Pesquisa e Monitoramento Ambiental (DPMA); Departamento de Manejo e Geração de Renda (DMGR); Departamento de Infraestrutura e Finanças (DIF); e, Departamento de Proteção e Vigilância (DPV).

Para SDS (2013), a criação de UCs teve outros três períodos de maior incremento em número. O primeiro foi entre 2002 e 2003, saltando de 12 para 18 UCs;

nos anos de 2004 e 2005 passou de 19 para 31 e entre 2008 e 2009 saltaram de 31 para 41 UCs, sendo o último, o número de UC atual, representando um incremento percentual entre os anos de 2002 a 2009 de 157% em tamanho de área criada, passando de sete milhões a 18 milhões de ha, aproximadamente.

Segundo a SDS (2013), o Estado do Amazonas possui 41 Unidades de Conservação Estaduais, (8 são de proteção integral e 33 de uso sustentável), aproximadamente 18.808.342,60 ha; 47 federais; e 23 municipais (Figura 1).

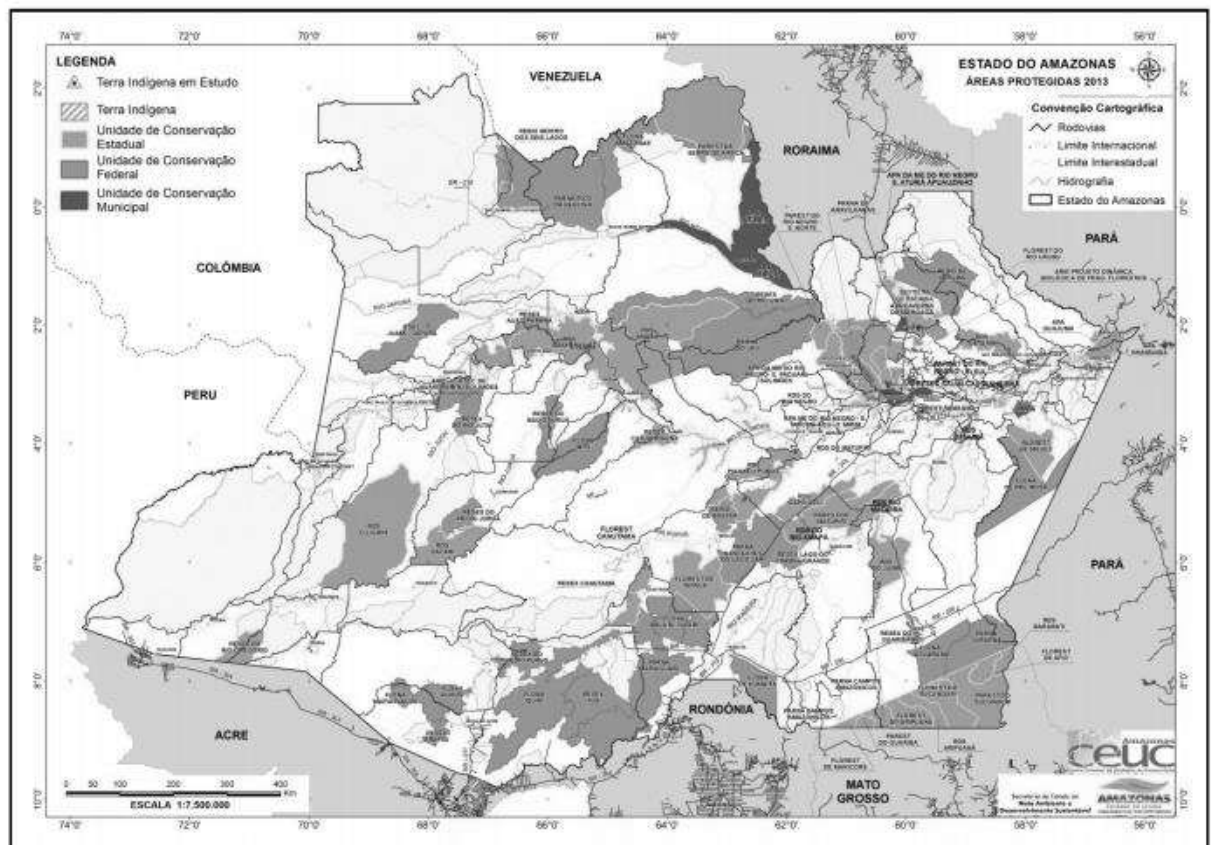


Figura 1. Unidades de Conservação Federais, Estaduais, Municipais e Terras Indígenas. Fonte: SDS/CEUC, 2013.

O Estado do Amazonas possui 55,47% do seu território como área protegida, sendo desse volume 15,16% em unidades de conservação federal, e 12,06% em áreas de unidades de conservação estaduais e 1,19% em UCs Municipais (SDS, 2013).

Ainda de acordo com a SDS (2013), num primeiro momento, a política pública de Unidades de Conservação no Amazonas refletiu os esforços para a criação destas, contudo, a partir do ano de 2010 o foco tem-se dado pela implementação das UCs (Figura 2), com iniciativas pela elaboração e publicação dos planos de gestão, a partir do levantamento dos dados para o diagnóstico, zoneamento e elaboração dos programas de implementação de ações nas UCs.

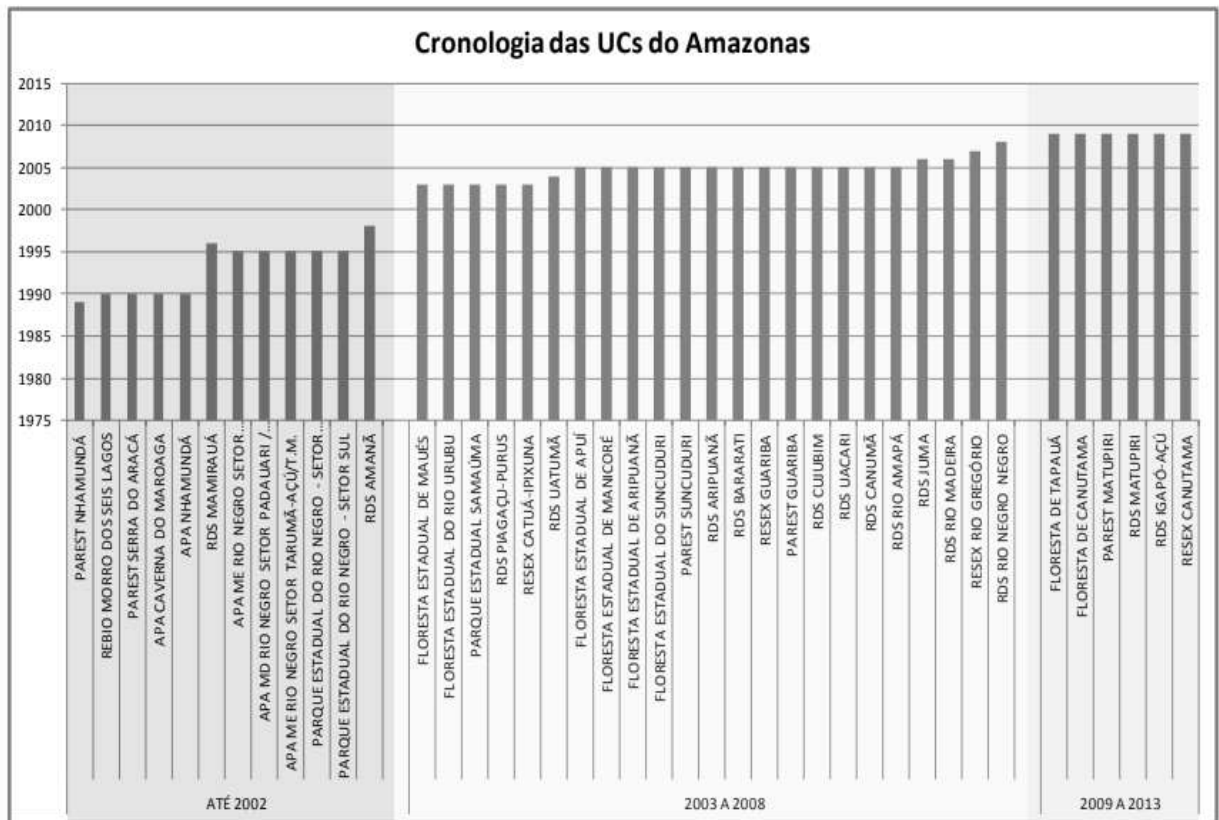


Figura 2. Cronologia de criação das UCs do Amazonas, divididas em três períodos relacionados antes, durante e depois à criação da SDS. Fonte: Adaptado de SDS, 2013.

O Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) prevê que as UCs devem dispor de um Plano de Gestão, elaborado no prazo de 5 (cinco) anos a partir do ato de criação da Unidade, não sendo permitidas atividades ou modalidades de utilização não contempladas no respectivo Plano ou em desacordo com os objetivos

da Unidade de Conservação. Os Planos de Gestão são ferramentas primordiais para que se faça a implementação das ações que visam fortalecer a gestão participativa e o desenvolvimento de ações com vistas ao uso dos recursos naturais, para geração de renda e, conseqüentemente, melhoria da qualidade de vida das populações residentes nas UCs.

3.2 Percepção Ambiental e Fenomenologia

Os estudos e as pesquisas circunscritos ao domínio da percepção ambiental convergem seus interesses à subjetividade, motivo pelo qual foram influenciados, direta ou indiretamente, pela corrente filosófica conhecida como Fenomenologia. Essa corrente teve sua origem na transição do século XIX para o XX pelas mãos de Edmund Husserl, ao longo de sua trajetória por diferentes universidades europeias, tais como as de Berlim e de Viena. As ideias de Husserl influenciaram, posteriormente, outros filósofos que, por sua vez, fizeram novas leituras e interpretações da Fenomenologia, como nos casos de Heidegger e de Merleau-Ponty (ANDRADE e HOLANDA, 2010).

Os estudos que se baseiam na percepção ambiental propõem que não só a relação entre homem e meio ambiente seja estudada, mas também que perspectivas em pesquisas científicas, sociais ou políticas sejam elucidadas através da utilização deste conceito (PACHECO e SILVA, 2006), promovendo inclusive a sensibilização e compreensão do meio ambiente a partir do desenvolvimento de um sistema de percepção.

A percepção ambiental é a precursora do sistema que estimula a conscientização do sujeito em analogia às realidades ambientais contempladas (Macedo, 2000). Merleau Ponty (1999) afirma que a análise não é realizada sobre o que as pessoas percebem dos espaços, mas como os espaços são percebidos pelas pessoas.

Faggionato (2019) define percepção ambiental como sendo uma tomada de consciência do ambiente pelo homem, ou seja, o ato de perceber o ambiente que se está inserido, aprendendo a proteger e a cuidar do mesmo. Durkheim (2009) interpreta

a percepção como um modo de representação social. Penna (1982) afirma que “perceber é conhecer”, e sugere que, quando a distância no espaço ou ainda limitação informativa possam excluir o ato perceptual, este seria limitado somente a uma situação de pensar ou imaginar.

Forgus (1971) define percepção “como o processo de extrair informação”, a partir da “recepção, aquisição, assimilação e utilização do conhecimento”, no qual estão subordinados a aprendizagem e o pensamento. Para Morin (2000), “[...] todas as percepções são, ao mesmo tempo, traduções e reconstruções cerebrais com base em estímulos ou sinais captados e codificados pelos sentidos”. Desta maneira, o nosso sentido “mais confiável” – a visão – torna possível os inúmeros erros da percepção. Nesse contexto, Ferreira (1997) explica que existem dois tipos de percepção: a percepção visual, que são as atitudes que não consideram as consequências, e a percepção informacional, que são as ações refletidas.

Piaget (1967) define percepção à medida que a diferencia de inteligência, e também aborda a distância como um de seus condicionantes. Na teoria Skinneriana, o conceito de percepção é explicado por meio do comportamento perceptivo, descrito como um comportamento complexo e que se interrelaciona com muitos outros. Skinner aponta a Teoria da Cópia como alternativa para explicar a percepção, na qual a interpretação proveniente do contato com o mundo real implica em uma “cópia mental” (SKINNER, 1957).

Em contrapartida, Merleau Ponty resume a concepção de comportamento à consciência perceptiva, na qual teorias do comportamento e da percepção estão inteiramente interligados, existindo uma reciprocidade. Assim sendo, a percepção é o componente fundamental em estudos das funções sociais e abrange os ônus de vivência de cada elemento com o fenômeno abordado e só pode ser elencado em contato direto com o mesmo (MERLEAU-PONTY, 1990; 1999). Para Tuan (1980), a percepção “é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital em que certos fenômenos são claramente registrados enquanto outros são bloqueados”.

Em meados dos anos 60, as análises da percepção começaram a ser discutidas também na área do meio ambiente. Com este enfoque, Holtzer (1993)

aponta os principais autores humanistas e suas abordagens teóricas sobre percepção ambiental: Kevin Lynch, de cunho antiurbanista, estudou a percepção com ênfase no indivíduo e sua imagem ambiental como fator de equilíbrio da relação entre o homem e o meio ambiente, excluindo as raízes sociais e históricas; Hugh Prince, autor da corrente epistemológica da percepção ambiental, tinha na literatura, na arte e na ciência suas formas de abordagem, e percebia a dificuldade da geografia em relacionar “os aspectos subjetivos da arte e da descrição com a explicação, na qual a visão subjetiva não tinha lugar”; Willian Kirk apresentava sua abordagem comportamental e fenomenológica da realidade “como forma de unir a visão subjetiva à objetiva na ciência geográfica”; Lukermann dava ênfase ao contexto cultural e histórico do homem nos estudos dos lugares, ou seja, seu conceito era de que a análise empírica da verdade só poderia ser obtida por meio da valorização do “lugar”; Leonard Guelke criticava a geografia nomotética comportamental e analítica a partir da percepção ambiental e cultural, na qual “a descoberta de muitas leis do comportamento humano não garantia a resolução dos problemas da geografia humana”; Roger Downs se baseava na geografia analítica e na percepção ambiental para explicar a existência de três formas de aproximação para o comportamento espacial: “estrutural, que se refere à identidade e estruturação da percepção do espaço; avaliativa, que procura estimar os fatores ambientais valorizados pelas pessoas; da preferência, que procura diferenciar espacialmente os objetos a partir da escala de preferência” (HOLTZER, 1993).

A evolução dos estudos em percepção ambiental ampliou as iniciativas de aplicação deste conceito. Um exemplo foi a criação pela UNESCO, em 1973, do Projeto “Percepção de Qualidade Ambiental”, que destacou a importância da pesquisa em percepção ambiental para planejamento do meio ambiente. As diferentes percepções dos valores, mencionados anteriormente, apresentam-se como dificuldades para a proteção dos ambientes naturais, visto que os indivíduos de diferentes culturas ou posições socioeconômicas desempenham funções distintas no plano social, nesses ambientes (FERNANDES et al., 2004).

Para Davidoff (1993), a percepção implica em interpretação, ou seja, é um processo de organização e interpretação das sensações recebidas para que a consciência do ambiente se desenvolva pelo que nos cerca. Complementando, Soulé

(1997) aponta que o envolvimento com o meio ambiente é fundamental no entendimento de como a mente percebe a natureza, e o fato de cada indivíduo possuir uma “lente” própria lapidada por sua cultura, educação e temperamento as percepções são as mais diversas possíveis, o que permite o compartilhamento do mesmo ambiente de modo pacífico.

Segundo Corson (1993), essa característica é imprescindível, uma vez que se todos partilhassem das mesmas percepções, a competição pelos mesmos recursos tornaria a vida em sociedade inexecutável. Tuan (1983) acrescenta que essa relação com o meio ambiente se manifesta por meio de nossas ações, no entanto, é dispensável generalizar normas, justamente pelas diferenças culturais que influenciam a interpretação de cada sujeito em relação ao meio ambiente.

Para Simão e Tiedemann (1985) “[...] a correta interação do ser humano com o ambiente em que habita depende tanto da percepção dos estímulos nele existentes quanto do preciso julgamento da posição e condições de seu próprio corpo” (SIMÕES e TIEDEMANN, 1985). Neste sentido, Tuan (1980) apresenta seu conceito de “topofilia”, “o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico”. Para o autor, percepção, atitudes, valores e suas consequências – a visão de mundo – devem ser o foco no entendimento da relação homem x natureza e seus respectivos reflexos.

Pacheco e Silva (2006) colocam a percepção ambiental como um conceito permeável entre a psicologia e a geografia, e que essa aproximação da Psicologia às ciências ambientais é extremamente útil e até indispensável como forma de promover a escuta da complexidade dos valores e das expectativas das comunidades inseridas num determinado ambiente.

Intelectuais que se voltam principalmente para os estudos na área das ciências ambientais (geografia, ecologia, zoologia e biologia), acreditam que “os estudos das percepções ambientais dos homens de hoje constituem a última e decisiva fronteira no processo de uma gestão mais eficiente e harmoniosa do meio ambiente” (FILHO, 1992).

Dessa maneira, considerar a participação social como proposta para identificar os problemas ambientais e planejar ações a partir da percepção que o homem tem de seu meio pode “fornecer aos órgãos dirigentes orientações mais adequadas para as

decisões em nível político, socioeconômico e de desenvolvimento” (DEL RIO e OLIVEIRA, 1996).

A percepção é inerente a cada ser humano, que percebe, reage e responde de forma diferente tanto às relações interpessoais quanto às ações sobre o meio. São os valores presentes nas manifestações resultantes da percepção – cultura, história, religião, classe social e uma série de outros – que influenciam diretamente no processo, o que explica que indivíduos atuantes em um mesmo grupo social expressem atitudes e pensamentos distintos (OKAMOTO, 2002).

A visão holística da percepção ambiental na arquitetura e na comunicação aborda questões sobre o comportamento humano, colocando-o como resultante de um processo perceptivo no qual o ambiente possui um papel fundamental. Os projetistas não devem se preocupar só com a construção que se faz, mas com a composição em relação ao ambiente.

As pessoas mudam várias vezes de casa ou de trabalho, não se apegando à construção, visto que existe pouca afetividade entre o ser humano e a edificação. Neste caso, a variável de maior importância está na harmonia e na boa convivência com o ambiente (OKAMOTO, 2002).

Em termos de orientação metodológica, Whyte (1977), com um guia para estudos de campo, destacou-se especificamente no âmbito da percepção ambiental. Os procedimentos e técnicas constantes em tal guia foram baseados em três tipos de estratégias: ouvindo, perguntando e observando. Esse guia orientou e ainda orienta inúmeros trabalhos nessa área, a exemplo de várias pesquisas realizadas no Brasil desde a década de 1980 (DEL RIO e OLIVEIRA, 1999).

Considerando a abordagem de Whyte (1977), enfatizamos o papel da estratégia “ouvindo”, sobretudo como ponto de partida das investigações. Trata-se da ocasião para que os sujeitos possam manifestar-se livremente e revelar os sentidos de suas percepções antes que o olhar do pesquisador os inquiria com indagações, constituídas a partir de sua própria percepção sobre o fenômeno.

É especialmente nesse ponto que se visualiza a possibilidade de aplicação do método fenomenológico, como forma de ouvir e, conseqüentemente, de compreender os participantes dos estudos perceptivos sobre o meio ambiente.

Desta forma, o estudo da percepção ambiental é de fundamental importância para que possamos compreender melhor as inter-relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, anseios, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas, assim como para fornecer subsídios ao processo de gestão e formulação de políticas públicas.

4 MATERIAL E MÉTODOS

4.1 Área de estudo

O estudo foi realizado no Parque Estadual Sumaúma (Figura 3), uma unidade de conservação de proteção integral situado na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, criado pelo Decreto Estadual nº 23.721 de 05/09/2003. O município de Manaus possui 11.684 km² de extensão territorial e sua maior parte é área rural. A área urbana possui cerca de 400 km², representando somente 3% da área total do município. As Unidades de Conservação Estaduais situadas em Manaus localizam-se na porção noroeste do município e as Unidades de Conservação Municipais estão mais próximas da porção urbana. As seis áreas municipais de preservação são geridas pela Prefeitura Municipal de Manaus através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) e o Plano Diretor Municipal esclarece as principais diretrizes dessas Unidades.



Figura 3. Entrada do Parque Estadual Sumaúma
Foto: Grace (2019)

O PAREST Sumaúma encontra-se na Rua Bacuri localizado no Bairro Cidade Nova I entre as coordenadas geográficas 03°01'50" a 03°2'26" de latitude Sul e 59°58'59" a 59°58'31" de longitude Oeste de Greenwich, na porção urbana do município de Manaus, aproximadamente 20 minutos do Centro Comercial da cidade e possui uma área de aproximadamente 52 ha (Figura 4). Este bairro é o mais populoso da cidade, cerca de 307.000 habitantes (AMAZONAS, 2009; IBGE, 2010).

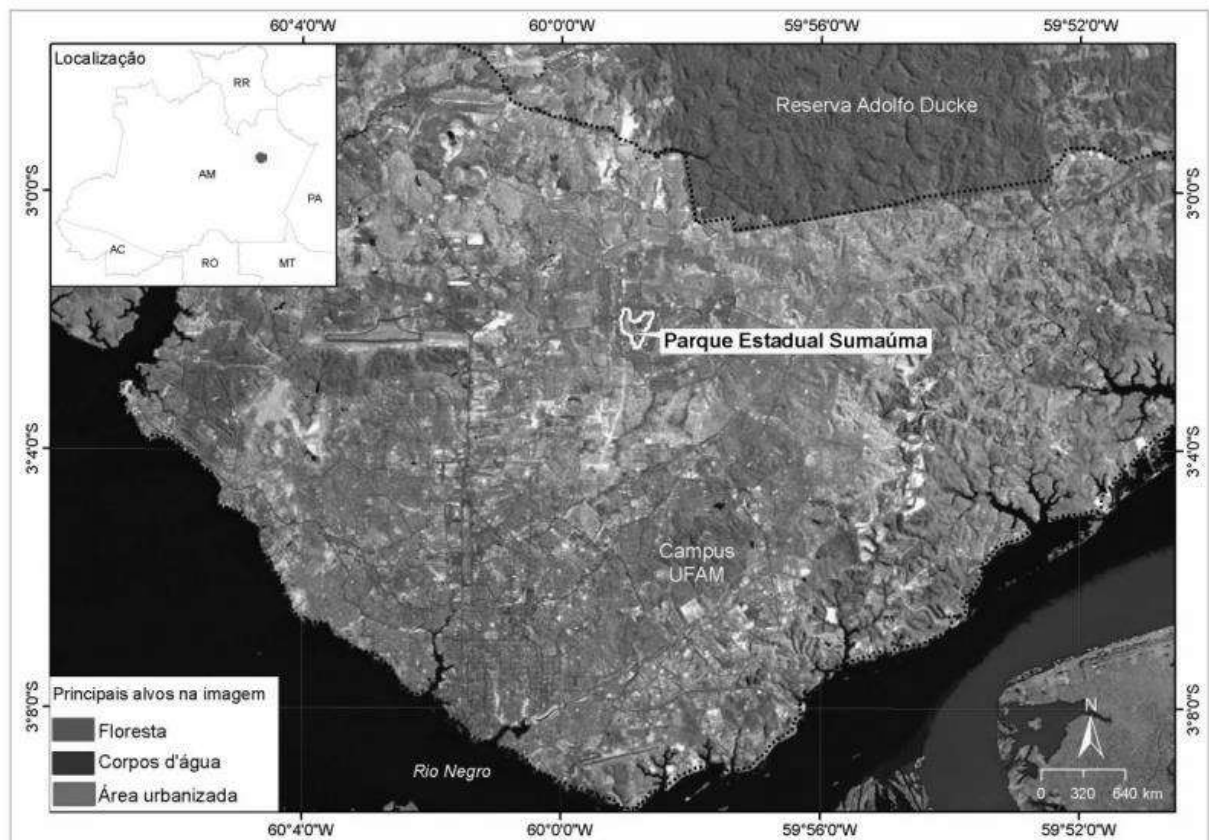


Figura 4. Localização do Parque estadual Sumaúma, na área urbana do município de Manaus, Amazonas.

Fonte: Cavalcante et al, 2010.

Por estar em área urbana, o Parque Estadual Sumaúma pode também ser definido como Parque Urbano, que recebe as influências positivas e negativas desse contexto. Não possui dificuldades de acesso, o que pode ser realizado por transporte

público, táxi, veículos particulares e a pé. Pelo sistema público de transporte a referência é o Terminal T3, na Avenida Noel Nutels.

A criação do Parque Estadual Sumaúma, localizado dentro do município de Manaus vinha sendo discutida desde 2001, quando se iniciou o processo de organização comunitária reivindicando ações do Poder Público voltadas à intensificação da proteção ambiental. A área vinha sofrendo invasões que resultaram em sua degradação, em especial na forma de caça de animais silvestres e no desmatamento. Com o ato da criação do Parque, procura-se garantir a manutenção do Corredor Urbano do Mindu, contribuindo para a conectividade dos fragmentos florestais urbanos da região e para a conservação dos ecossistemas ameaçados (IPAAM, 2003).

Segundo Oliveira e Pinheiro (2011), a cidade de Manaus experimentou, a partir da década de 1970, um elevado crescimento econômico e populacional a partir implantação da Zona Franca de Manaus, surgindo à necessidade de ampliar seus limites urbanos, tendo como consequência, a modificação das paisagens florestais da cidade, tornando-se fragmentadas. Até a década de 1970, estas áreas mantinham-se fora do processo urbanização e eram utilizadas frequentemente como locais de lazer (NOGUEIRA et al., 2007).

Relata Nogueira (2007) que no início dos anos 1980 a zona urbana de Manaus passa a modificar-se por meio de mudanças rápidas e agressivas ao meio ambiente sendo a fragmentação da paisagem um dos seus resultados visíveis. As zonas Leste e Norte foram maciçamente ocupadas, ocasionando degradação ambiental, com perdas de cobertura vegetal, assoreamento e poluição de igarapés.

O Plano de Gestão (2008) revela que o Parque foi criado, principalmente, pela mobilização dos moradores do entorno e pelo grupo de voluntários dos fragmentos urbanos, numa tentativa de proteger um dos remanescentes de floresta urbana do bairro Cidade Nova, da cidade de Manaus/AM. Em 5 de setembro de 2003, o Parque foi criado oficialmente pelo Governador do Estado do Amazonas, Eduardo Braga, através do Decreto de criação nº 23.721, sendo categorizado como Parque Estadual, com a denominação Sumaúma (PAREST Sumaúma).

A denominação do Parque se deve à existência de alguns exemplares da espécie florestal sumaúma (*Ceiba pentandra*). A sumaumeira é uma árvore de grande porte, típica do ecossistema de várzea. Em tempos mais remotos esta árvore tinha a função de GPS da floresta, pois servia para nortear viagens pelos rios e também para comunicação de pessoas perdidas na mata, através do som estrondoso provocado por batidas nas suas raízes, também conhecida como “sapopema” (Figura 5).

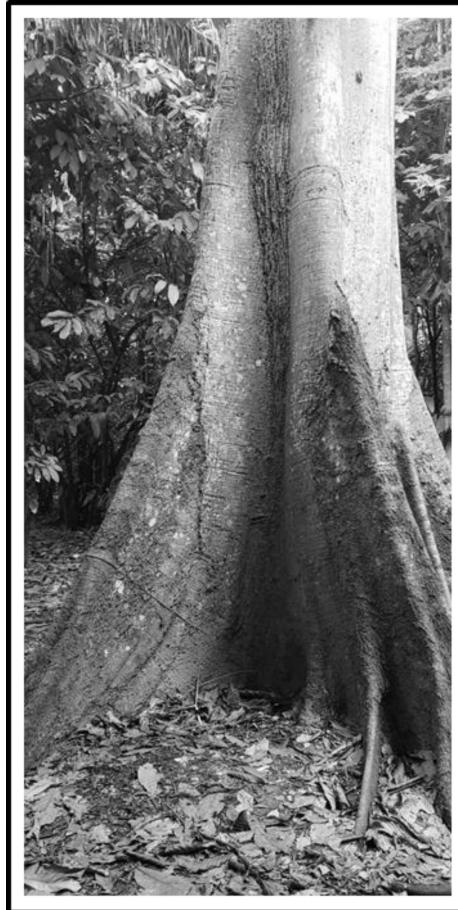


Figura 5. Raízes de sumaúma (*Ceiba pentandra*) chamadas, assim, de sapopemas dentro do Parque Sumaúma.

Foto: André (2019).

O PAREST Sumaúma está inserido em uma região de clima equatorial úmido, com temperatura média anual de 26,7°C, com temperaturas mínimas de 23,3°C e máximas de 31,4°C. A umidade relativa do ar permanece em torno de 80% e a média da precipitação anual é de 2.286 mm. Quanto à hidrologia, o PAREST Sumaúma possui duas nascentes de curso d'água que, após a sua junção, deságuam no Igarapé

do Goiabinha, um dos componentes da bacia do Igarapé do Mindu. A qualidade da água dos igarapés existentes na área do Parque não é boa, devido a presença de esgoto doméstico, assoreamento e lixo. (AMAZONAS, 2009).

A área do PAREST Sumaúma foi analisada através de coletas de solos e observações ao longo do gradiente altitudinal pelo Diagnóstico Biológico (2006) e foram encontrados latossolos, argissolos e gleissolos. A vegetação do PAREST é composta por Floresta ombrófila densa, com predomínio de floresta secundária. Em alguns locais há vegetação rasteira e, nos vales, floresta de baixio com manchas de buritizais (GONTIJO, 2008; AMAZONAS, 2009).

A área do Parque é caracterizada em sua grande parte por floresta de terra-firme e sua vegetação original é denominada floresta ombrófila densa, sendo de dois tipos: Terras baixas encontradas nos patamares de 0-50 m anm e Sub Montana encontrada nos patamares entre 50 a 600 m anm, caracterizada por árvores com folhagem sempre verde, sob clima úmido de elevadas temperaturas (médias de 25 °C), geralmente, em latossolos distróficos e divide-se em três estratos: a) Arbóreo, pouco definido, composto principalmente por regeneração de matrizes próximas; b) Buritizais; c) Lianas lenhosas e epífitas em abundância, que o diferenciam das outras classes de formações.

Porém, a área do PAREST Sumaúma, pelas frequentes alterações bruscas da vegetação, caracteriza-se por floresta secundária em diferentes estágios de regeneração. Nos terrenos mais íngremes e nos baixios a mata é mais alta com árvores de maior diâmetro, remanescentes da floresta primária que ali existia. Nos baixios é possível verificar floresta de várzea, com manchas de buritizais e tanto nos baixios como nas áreas próximas à borda verifica-se a presença de vegetação rasteira (gramíneas). No inventário florestal foram identificadas mais de 500 espécies e a maioria são pioneiras, como o lacre (*Vismia* spp), apuí (*Clusia* spp e *Ficus* spp) e embaúbas (Cecropiaceas) e, também as sumaúmas (*Ceiba pentandra*) que são espécies de destaque pelo seu porte imponente (GORDO, 2006).

O Parque possui ecossistemas naturais de grande beleza cênica e uma heterogeneidade de ambientes remanescentes de Mata Primária, Capoeira Alta, Capoeira Baixa, campo limpo e buritizais. Localizado numa das áreas mais populosas

do perímetro urbano de Manaus, constitui um dos poucos fragmentos florestais urbanos protegidos. Duas nascentes dentro do parque formam um afluente do Igarapé do Mindu, que corta a cidade e mais de 80 espécies de aves, algumas endêmicas próprias de buritizais. Há a presença de pequenos mamíferos, com destaque para o Sauim-de-Coleira (*Saguinus bicolor*), a única espécie entre os Callitrichideos amazônicos ameaçada de extinção (SDS/SEAPE, 2007).

No inventário realizado para o Plano de Gestão (2008), foram identificadas as espécies de peixes, anfíbios, répteis, aves e mamíferos. Em todas as classes prevalecem as espécies mais adaptadas às más condições de preservação da Unidade. Houve também a percepção de baixa riqueza e a presença de espécies exóticas e invasoras. Somente entre as aves houve diversidade e abundância. Destaca-se ainda a presença do primata ameaçado de extinção, o sauim-de-coleira, conhecido também como sauim-de-Manaus, entre os mamíferos.

4.2 Coleta e Análise de Dados

Neste estudo foram utilizados os métodos indutivo e hipotético dedutivo. De acordo com Oliveira (2002), o método indutivo possibilita o desenvolvimento de enunciados gerais sobre as observações acumuladas de casos específicos ou proposições que possam ter validades universais. Em contraposição ao método indutivo, o método dedutivo não produz conhecimentos novos, suas conclusões são tiradas com base nos conhecimentos já existentes e que estavam implícitos.

Foram aplicados 48 questionários em três pontos do entorno do Parque Sumaúma (Tabela 1) nos dias 08, 09 e 15 de novembro de 2019 e com o Sr, Luiz André Souto Passos (gestor atual do Parque Sumaúma) e com o Sr. Antônio Augusto de Oliveira Leite (Presidente do Instituto Sumaúma) nos dias 30/10/2019 e 16/11/2019, respectivamente. A aplicação dos questionários direcionada aos moradores do entorno do Parque Estadual Sumaúma se deu de forma aleatória, desde que estivessem em casa, dois indivíduos por família, independente de gênero podendo ser masculino ou feminino, desde que maior de dezoito anos.

Tabela 1. Número de moradores entrevistados e rua visitada no entorno do Parque Sumaúma

Área investigada	Ruas visitadas	Número de moradores entrevistados por rua	Número de entrevistados por área
Entrada do Parque	Rua Bacuri	3	25
	Rua Cajarana	4	
	Rua Buriti	2	
	Travessa 25	3	
	Rua Biribá	3	
	Travessa 23	3	
	Rua Cupuaçu	3	
	Travessa 26	2	
Lateral direita do Parque	Travessa 24	2	12
	Rua 38	2	
	Rua 39	2	
	Rua 44	2	
	Rua 52	3	
Lateral esquerda do Parque	Rua 50	3	11
	Rua Tamoios	2	
	Rua Governador José Lindos	2	
	Rua Barão de Paranapiacaba	3	
	Rua Pariquis	2	
	Rua Icoaraci	2	

Quanto à elaboração dos questionários, foram utilizadas perguntas estruturadas (tipos sistemáticas) e perguntas não estruturadas (são chamadas de livres, assistemáticas ou antropológicas). Foi solicitado ao entrevistado que caracterizasse o grau de relevância em relação ao Parque Estadual Sumaúma no que diz respeito ao conhecimento científico, segurança e limitações geográficas.

No primeiro momento, foram utilizadas perguntas mais precisas a fim de identificar o perfil do entrevistado, e demais categorias a fim de que ele respondesse com suas observações sobre a Unidade de Conservação em estudo. E, no segundo momento, foi empregado o método fenomenológico nas pesquisas em percepção ambiental. Este tipo de questionário, é muito usado na identificação das práticas onde a teoria indica que são eficazes, pode ser inclusive para resultados quantificados.

Segundo Bello (2006), Husserl (2006) e Depraz (2008), o método fenomenológico diz respeito ao caminho concebido por Husserl para o estudo desses fenômenos presentes na consciência, o que pressupõe um enfoque sobre a sua dimensão de essência ou ideia e não sobre a sua existência concreta. Por conseguinte, trata-se de um método voltado ao estudo da subjetividade, uma vez que centra seu interesse sobre os fenômenos enquanto percebidos, lembrados, imaginados ou refletidos, por sua vez, correlatos imanentes (internos) de fenômenos factuais, situados fora da consciência.

No âmbito da percepção ambiental (área de estudos muito focalizada pela Geografia), a constatação de Holzer (1998) também se mostra válida e pertinente, uma vez que, a nosso ver, permanece inconclusa a questão da adaptação e do emprego do método fenomenológico em pesquisas empíricas nesse campo. Tal adequação deve, por sua vez, levar em consideração não somente a natureza subjetiva das pesquisas, o que implica a forma de interpretação de seus resultados, mas também as especificidades ligadas aos seus propósitos pragmáticos e aos aspectos de sua operacionalidade.

As entrevistas iniciaram com perguntas voltadas ao perfil sociocultural dos moradores, logo, questões voltadas à percepção ambiental e sobre a Unidade de Conservação, para entender a relação desses habitantes com o parque e a gestão, destacando os benefícios e malefícios para quem domicilia próximo de uma área preservada. Para a análise de dados, foram feitas transcrições fieis e integrais das entrevistas gravadas e a categorização das informações coletadas.

Procurou-se nesta pesquisa apresentar os fatos em dois aspectos distintos, no entanto que estes fossem complementares entre si. Primeiramente, procurou-se observar a interpretação quantitativa e qualitativa das respostas dos questionários

aplicados, buscando retratar fielmente a percepção dos moradores locais, sobre questões ambientais. No segundo momento, com a análise do sistema de gestão adotada no Parque Estadual Sumaúma.

Estes resultados foram transformados em porcentagem, e posteriormente com o auxílio do programa Microsoft Office Excel 2010, expostos de forma descritiva. Após a obtenção das informações e análise preliminar, estas foram constatadas no local, posteriormente, os dados de coleta foram organizados, analisados e interpretados à luz da teoria da percepção ambiental.

A tabulação das variáveis estudadas foi realizada com o questionamento socioeconômico e ambiental, sobre a importância do Parque Estadual Sumaúma. Primeiramente, realizou-se uma análise dos conteúdos respondidos, visando apresentar o perfil dos entrevistados, como por exemplo: idade, gênero (masculino e feminino), escolaridade e local de nascimento.

Após a caracterização do perfil dos atores envolvidos, procurou-se caracterizar a gestão adotada no Parque, o modo como os entrevistados aceitam esta gestão visando identificar as sugestões para melhorias e principais limitações e possíveis sugestões de acordo com a percepção dos moradores do entorno. Em seguida, os dados foram convertidos em gráficos e analisados seguindo a abordagem quantitativa e qualitativa. Também foi adotado nas questões abertas, como um dos procedimentos analíticos, o agrupamento das repostas dos entrevistados em categorias, tendo como critério a semelhança.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 Descrição do perfil dos entrevistados

A análise dos dados revelou que 28 (58%) indivíduos eram do sexo feminino e 20 (42%) indivíduos eram do sexo masculino, indicando participação quase que igualitária de ambos os gêneros no estudo. Essa amostra foi composta de indivíduos com idade que variou entre 21 e 73 anos. Em relação ao nível de escolaridade, os entrevistados tinham desde o ensino fundamental incompleto até o ensino superior completo, com 6 % e 17 %, respectivamente.

A maior parte dos moradores do entorno do Parque Sumaúma que foram entrevistados nasceram em Manaus (58%) com residência na cidade entre 3 e 36 anos (Figura 6).

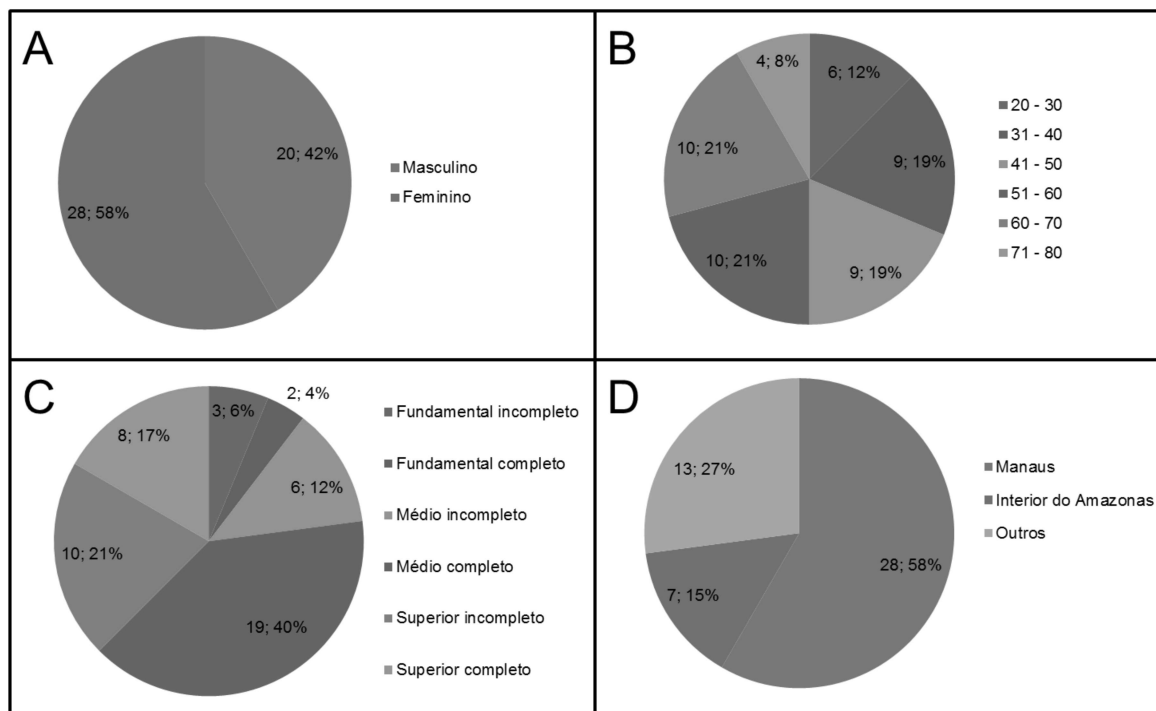


Figura 6. Perfil dos 48 entrevistados: A) Gênero; B) Idade; C) Nível de escolaridade; D) Locais de nascimento

No trabalho de Santos (2014), uma pesquisa realizada para avaliar a gestão da Floresta Nacional do Tapajós, Belterra-PA, na percepção dos moradores da Comunidade Maguari, 69% das pessoas entrevistadas eram moradores que nasceram no local ou eram filhos de pessoas que moravam no local e muitos foram os motivos que levaram as pessoas a decidirem a morar ou retornar para a Comunidade Maguari. O tempo de residência no local além de fornecer informações sobre a dinâmica da população é uma das variáveis que pode influenciar a forma como os indivíduos se relacionam com ambiente em que vivem.

Segundo Teixeira (2006), a população de Manaus cresceu durante quase vinte anos com taxas acima de 6% ao ano, fruto dos intensos fluxos migratórios em direção à cidade, que se deram a partir da implantação da Zona Franca de Manaus, assim como do expressivo incremento vegetativo, dada por altas taxas de fecundidade no contexto de queda da mortalidade. Esse crescimento urbano que Manaus vivenciou nos últimos anos vem acompanhado por problemas resultantes, principalmente, da ausência de políticas públicas claramente definidas.

5.2 Caracterização das principais percepções dos moradores do entorno do Parque Sumaúma

A qualidade ambiental, apesar de tipicamente ser abordada segundo critérios objetivos das ciências físico-naturais, também constitui objeto da percepção humana e, por isso, pode ser também avaliada por intermédio da subjetividade daqueles que vivenciam um dado ambiente (GOMES; SOARES, 2004). Talvez por isso, Machado (1990) esclarece que é importante a “avaliação do nível de satisfação que cada grupo tem junto ao espaço que lhe é reservado [...] uma vez que a percepção é sempre acompanhada pela atribuição de valor”.

Sendo assim, a percepção ambiental dos moradores do entorno do Parque torna-se ferramenta de melhoria juntamente com a gestão do local. E, iniciamos com a pergunta sobre o conhecimento da existência do Parque e/ou se já visitaram o mesmo, as declarações registradas mostram que 85% dos entrevistados responderam que conheciam e visitaram o Parque pelo menos uma vez, inclusive quando ainda não se tinha a denominação oficial de Parque Sumaúma (Figura 7). Ao

contrário daqueles que nunca visitaram o local e não tinham interesse em visitar, mas que sabiam, por terceiros, da existência do Parque.

Foi identificado que os moradores mais idosos foram os que mais visitaram o Parque, provavelmente devido ao acompanhamento desde a criação e estabelecimento desta área de preservação.

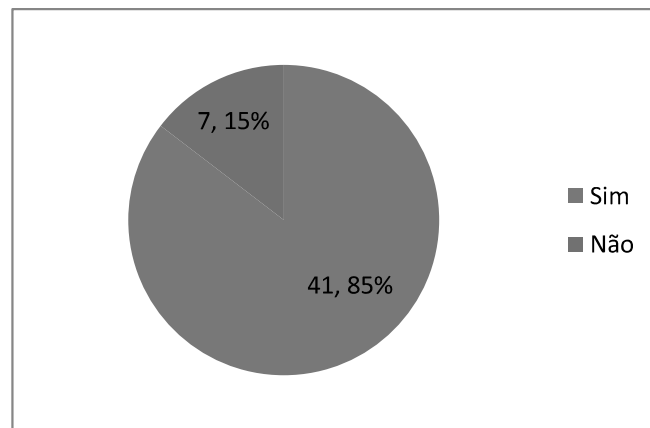


Figura 7. Pergunta 1) Você tem conhecimento da existência e/ou já visitou o Parque Sumaúma?

Ao perguntar se recomendaria às outras pessoas que visitem o Parque, 81 % afirmaram que sim e 19 % declararam que não recomendariam pela ausência de atividades de lazer e/ou falta de interesse e, também, pela ausência de segurança (Figura 8).

Segundo o atual gestor do Parque, Sr. Luiz André Souto Passos, a carência de funcionários é um grande desafio e o monitoramento constante torna-se necessário para a manutenção de estruturas e segurança do local. Durante o período de coleta de dados e trabalho de campo foi observado que a maioria dos moradores gostaria que houvesse uma interação maior com a gestão do Parque e que o Parque fosse mais visto pelas autoridades competentes para que tivesse mais recursos e atividades inovadoras para chamar a atenção da população em geral. O Sr. Antonio Augusto Leite relatou que a intenção, desde os primórdios da criação do Parque, era utilizar o Parque como uma “escola a céu aberto” com orientações em relação a atividades práticas de conhecimento da biodiversidade e preservação da natureza.

Conforme esses dados, é mister a necessidade de implantação de novas atividades que venham desenvolver valores e responsabilidades no trato com as questões ambientais, visto que os comportamentos são respostas dadas à vida, e as atitudes são posturas culturais, formadas por uma longa sucessão de percepções, adquiridas pelas experiências vivenciadas pela população local (TUAN 1980).

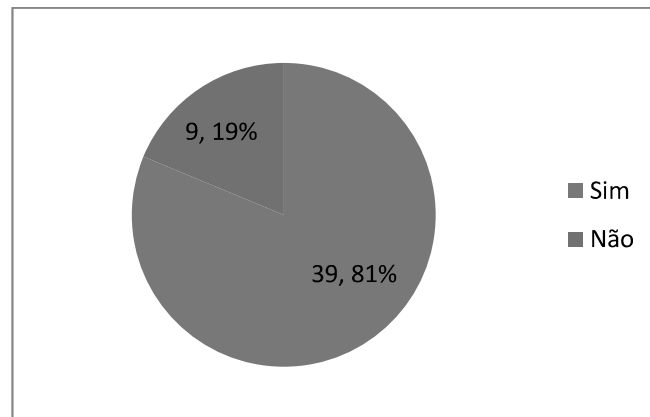


Figura 8. Pergunta 2) Recomendaria aos outros para visitar o Parque Sumaúma?

Quanto ao conhecimento das atividades existentes, 65 % dos entrevistados desconhecem quais atividades são ofertadas e/ou desenvolvidas pelo Parque. Entretanto, 35 % têm conhecimento de tais atividades (Figura 9). Destes, a maioria conhece o Parque por praticar atividade física frequentemente e citaram atividades de trilha, educação ambiental para alunos de educação infantil (Figura 10) e programação para a terceira idade.

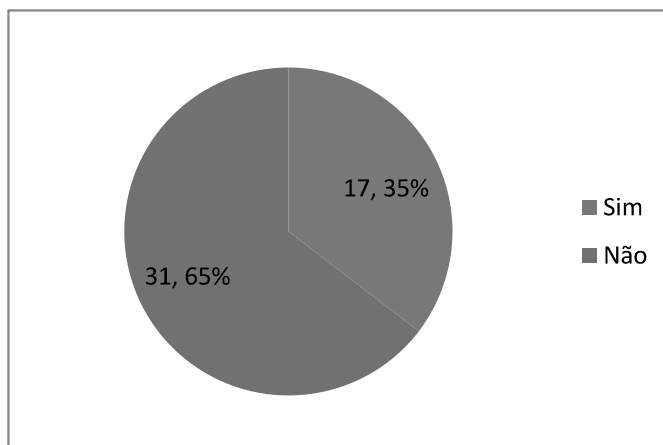


Figura 9. Pergunta 3) Você conhece as atividades existentes no Parque Sumaúma?



Figura 10. Corpo de bombeiros do Parque Sumaúma dando orientações a uma turma do ensino infantil

Foto: André (2019)

O PAREST Sumaúma possui trilhas educativas, centro de convivência para reuniões, área de lazer, academia ao ar livre e um pequeno parque infantil além da presença do corpo de bombeiros (Figura 11, 12, 13). Relatou o Sr. Antonio Augusto Leite (Presidente do Instituto Sumaúma) que o maior desafio que o Parque enfrenta é

o compromisso do Governo do Estado em manter projetos na prática e a aplicação de recursos financeiros para a subsistência do Parque. A gestão atual trabalha com campanhas de conscientização para preservação do Parque e possui projetos com novas parcerias para a realização de cursos voltados para turismo e paisagismo.



Figura 11. Centro de convivência para reuniões do Parque Estadual Sumaúma
Foto: Grace (2019)



Figura 12. Pequeno parque infantil do Parque Estadual Sumaúma
Foto: Grace (2019)



Figura 13. Esculturas localizadas nas trilhas do Parque Estadual Sumaúma
Foto: André (2019)

O Parque tem um ambiente propício para a realização de pesquisas científicas e para o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, além de recreação e contato com a natureza (SDS/SEAPE, 2007).

O grupo que não conhece as atividades oferecidas pelo Parque declarou que se sentem incomodados com a gestão atual e que a mesma não provê atividades que satisfaçam a população. Alguns moradores entrevistados afirmaram que fazem o melhor para que o Parque se mantenha conservado, porém a maioria não tem dado importância em tomar atitudes para que sejam adotadas novas atividades de interesse. Este resultado é corroborado com dados obtidos em outras pesquisas no

Brasil, confirmando a predominância de uma tendência para atitudes omissivas, como demonstrados na pesquisa de Fernandes et al (2010) onde 51,3% dos entrevistados em sua pesquisa também declararam que não tomaram nenhuma atitude para reverter situações semelhantes em áreas com problemas ambientais.

Quando se perguntou sobre a importância do Parque para os moradores que residem no bairro, a maioria, com 37 % dos entrevistados, têm o pensamento que o local é uma ferramenta fundamental para a prática de conscientização e preservação da natureza (Figura 14). Isso demonstra que os entrevistados possuem uma visão naturalista sobre o meio ambiente, o que exclui, ou desconsidera as dimensões social e econômica, o ambiente construído e suas inter-relações.

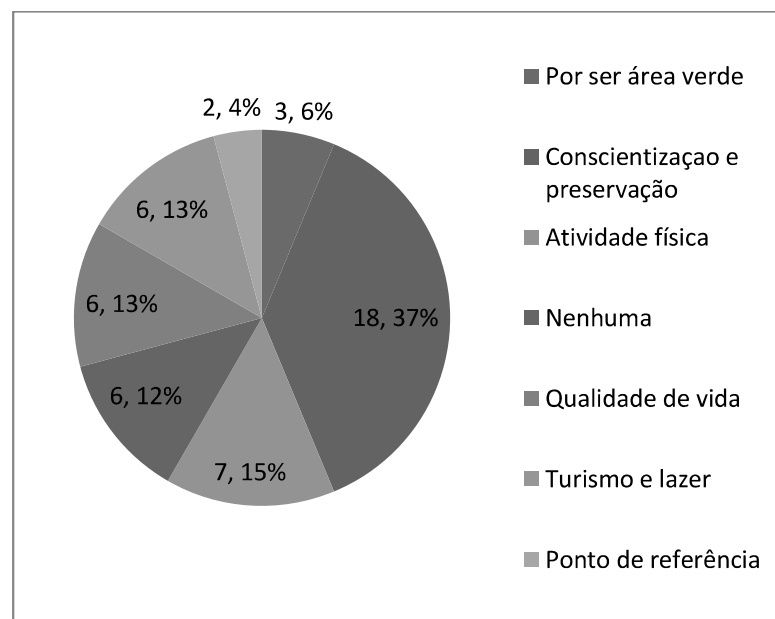


Figura 14. Pergunta 4) Qual a importância do Parque Sumaúma para a comunidade?

As respostas dos entrevistados, na maioria das vezes, relacionaram a existência do Parque Sumaúma com qualidade de vida devido ao espaço para contemplação da natureza e para a prática de atividades físicas como, por exemplo, a caminhada. Outros 12 % declararam que o Parque não tem importância alguma para a vida pessoal assim como para a comunidade. Estes fazem parte do grupo que nunca visitaram o Parque e consideram o local inapropriado por falta de segurança. Observa-

se que nesta parte dos entrevistados ainda não despertou para o conhecimento das questões ambientais do seu entorno, assim os dados obtidos nesta pesquisa têm mostrado que é necessário incrementar os esforços para informar e sensibilizar a população sobre estas questões.

Dos entrevistados, 92 % afirmaram que o Parque Sumaúma traz benefícios para o bairro. Dentre estes benefícios estão a qualidade do ar ainda que residam em zona urbana, tornando, assim, um privilégio ter a proximidade com a natureza e área adequada para a prática de atividades físicas (Figura 15). Provido de microclimas próprios das áreas de floresta, este fator funciona como agente amenizador de calor e uma barreira natural de som e poluição para a cidade (Unidades de Conservação do Estado do Amazonas. Manaus: SDS/SEAPE, 2007).

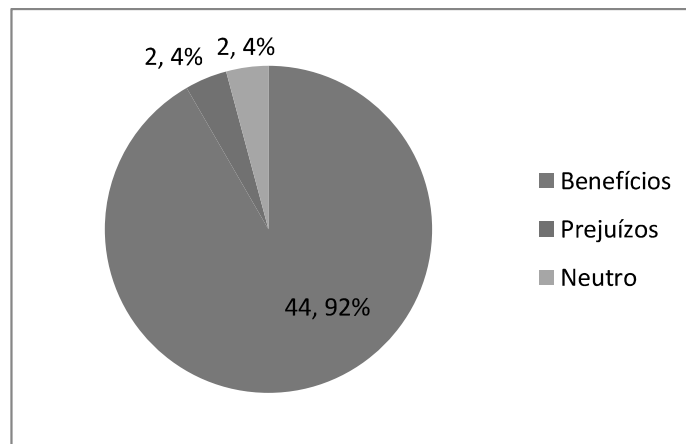


Figura 15. Pergunta 5) O Parque Sumaúma traz benefícios ou prejuízos para o bairro?

Para os entrevistados, 96 % concordam que a participação dos moradores é importante para a preservação e limpeza do Parque Sumaúma. Relatam outros moradores que cada um precisa manter compromisso com a fauna e flora que ainda vivem no Parque. Para esses participantes o Parque faz parte do seu dia-a-dia inclusive influencia na própria saúde (Figura 16).

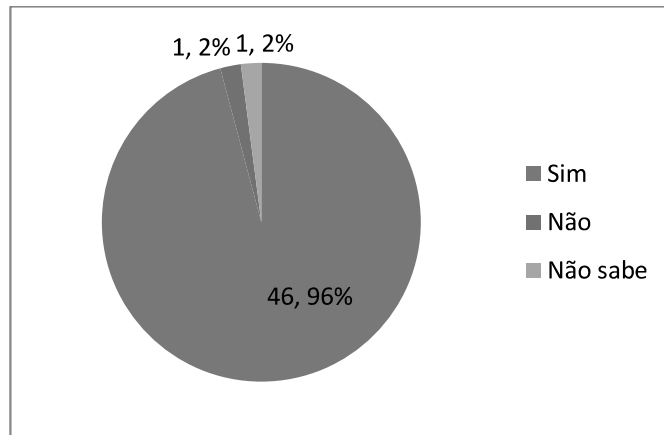


Figura 16. Pergunta 6) Você concorda que a participação dos moradores é importante para a preservação do Parque Sumaúma?

Apesar deste resultado demonstrando que a população, em sua maioria, é uma das responsáveis pela preservação assim como a destruição do Parque, segundo o Sr. Antonio Augusto Leite, muitos dos moradores ao redor do Parque descartam seus resíduos na área pertencente ao Parque e não há saneamento de esgotos adequados e, conseqüentemente, a poluição contamina os igarapés causando odores desagradáveis no local, tornando impossível a visita de turistas e da população em geral nestes pontos (Figura 17).

As frases transcritas estão carregadas de representações que reproduzem a maneira como a população se relaciona e percebe a importância do Parque Sumaúma. Nas primeiras declarações, podemos perceber que para os entrevistados o local é compreendido como recurso natural, que é representado a partir da visão funcionalista, que é apropriado como matéria-prima:

A gente precisa preservar o meio ambiente, porque o Parque vai ficar limpo e receber mais visitantes e turistas (Entrevista nº 3).

Se todos fizessem sua parte, o Parque seria melhor. Alguns moradores não se importam e o Poder Público não tá nem aí (Entrevista nº 7).

Alguns moradores jogam lixo no Parque e muitos invadem. É preciso consciência (Entrevista nº 22).

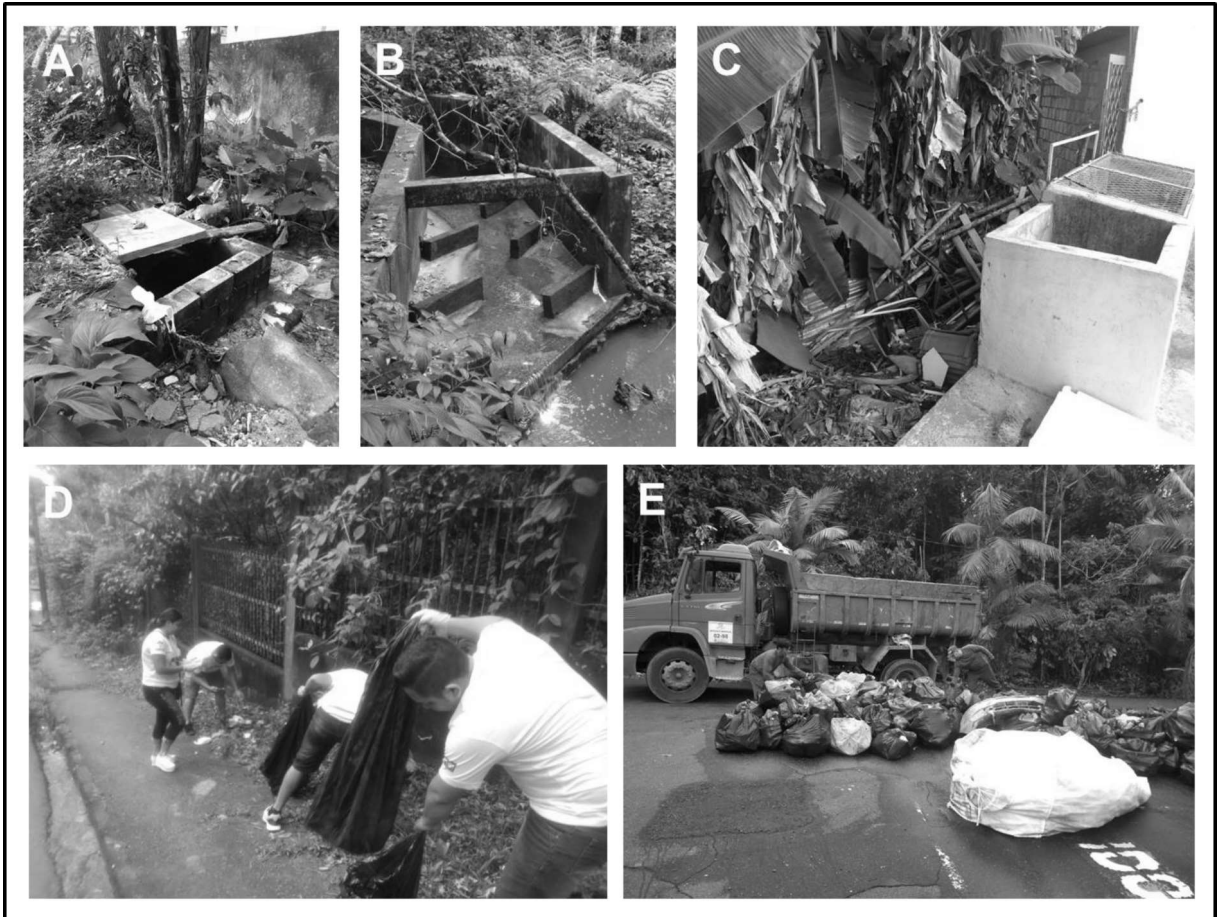


Figura 17. Descarte inadequado e coleta de lixo na área do Parque Sumaúma: A, B e C) Descarte inadequado do lixo por moradores do entorno; D e E) Coleta de lixo realizada por funcionários do Parque

Foto: André (2019)

Até a década de 80, do século XX, o número de bairros em Manaus era de aproximadamente 37 mais o Distrito Industrial. Na década de 90, esse número praticamente dobrou. O IBGE (2007) afirmou que a cidade de Manaus tinha 56 bairros e inúmeras comunidades que ainda não eram oficialmente bairros, criadas em sua grande maioria a partir de ocupações irregulares. Hoje, a cidade possui 63 bairros (Lei nº 1.401, 2010) e, toda cidade grande sofre problemas decorrentes de diversos fatores urbanos, mediante a inexistência de um planejamento urbano contínuo. O surgimento de assentamentos desordenados, sem o devido controle, ocasiona uma cidade cheia de problemas, tais como: carência de infraestrutura básica, água encanada, energia, esgoto, asfalto e serviços públicos essenciais.

As pressões ambientais decorrentes do crescimento da população na área urbana de Manaus ocasionaram nos últimos 20 anos grandes alterações em seu espaço físico. Grande parte da poluição dos igarapés e perda da biodiversidade foi/é ocasionada pela dinâmica da expansão urbana da cidade,

a cada ano chegam dois milhões de pessoas às 12 maiores regiões metropolitanas do Brasil. Este fluxo congestionava os serviços, tradicionalmente precários, exige a captação de água cada vez mais distante, a ampliação dos gasômetros, à construção de mais viadutos, de mais presídios, aumenta a poluição e o congestionamento. A partir de um determinado patamar, situado em torno de dois milhões de habitantes, cada novo habitante custa mais caro aos municípios do que o anterior (MINC, 2002).

Também fica explícita a necessidade (o desejo) da proteção do Parque, embora cada entrevistado possua percepções diferentes sobre como fazê-lo. A preocupação com a “proteção” também se manifesta em relação às práticas ou a falta delas percebidas como prejudiciais:

Não tem fiscalização e acontece muito roubo e violência (Entrevista nº 23).

Falta uma cancela na entrada pra controlar entrada e saída. Registro de visitantes (Entrevista nº 42).

Eu faço a minha parte: não jogo lixo e coloco os marginais pra correr, mas tem morador que rouba fruta e joga lixo (Entrevista nº 47).

A maior parte das pressões antrópicas sofridas por UCs é oriunda dos seus entornos. Desde o avanço de usos inadequados do solo e recursos naturais, incluindo a extração de componentes da flora e fauna e avanço de franja urbana e agropecuária, até a ocorrência de incêndios criminosos e acidentais e o despejo de elementos poluidores, entre outros, são mais comuns nas bordas das UCs. Assim, torna-se imprescindível que a criação, o planejamento e a gestão das unidades incorporem a gestão territorial das áreas a elas vizinhas.

Segundo Costa et al. (2007), o que vem ocorrendo no contexto brasileiro é que os estudos diagnósticos para criação e os esforços efetivos de manejo, em sua grande maioria, negligenciam as áreas do entorno das UCs em prol de seus interiores, quando deveriam considerar essas duas áreas como complementares para o sucesso das UCs.

Segundo Primack e Rodrigues (2001), o planejamento do formato e das estratégias de manejo das UCs ainda está aquém das demandas de conservação do

meio ambiente. Há que se considerar, também, que realizar o planejamento e manejo de áreas protegidas em condições ambientais e sociais tão diversificadas quanto as brasileiras impõe um desafio formidável, que dificilmente poderia ser superado com propostas e roteiros que não sejam versáteis. Não obstante, os mesmos autores destacam a importância de se buscar diretrizes simples e gerais para o planejamento de UCs, uma vez que cada situação de demanda por conservação pode ser única.

Há de se considerar as transformações que ocorreram sobre tais áreas, o processo de ocupação, as mudanças na configuração do uso do solo e as tendências atuais para que se possa mitigar as atuais pressões e impactos e prevenir os futuros.

Moura e Costa (2009), ao tratar dos desafios de gestão do Parque Estadual da Pedra Branca, unidade de conservação localizada no município do Rio de Janeiro, que é vizinha tanto de áreas densamente urbanizadas como de áreas periurbanas com características típicas de áreas agrícolas vizinhas a centros urbanos, apontam impactos e pressões oriundos dos processos de ocupação – alguns recentes, outros mais remotos.

Diversas pressões que se originam nas áreas no entorno da UC em questão seriam oriundas da ausência de planejamento adequado do uso e cobertura do solo no entorno, ocasionando ocupações irregulares ou, mesmo quando regulares – como alguns condomínios de classe média, média alta –, inadequadas.

Alguns moradores declararam a luta pela preservação do Parque e citaram que a Avenida das Torres, que ocupa um trecho do local, contribuiu negativamente no descarte inapropriado de lixo e na dinâmica da fauna existente no Parque. A maior preocupação com a obra passando por dentro do parque, era o sério impacto nos trechos de mata primária, nascente de igarapé e áreas de concentração da fauna silvestre, como o sauim-de-coleira.

De acordo com a SEINFRA, os impactos provocados pela Avenida das Torres no Parque Estadual Sumaúma preocuparam moradores e pesquisadores e uma mobilização foi feita durante uma audiência pública para discutir o projeto da ampliação.

De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável – SDS, este projeto baseava-se na alteração no Decreto Estadual 23.721/2003 para reparar falhas na delimitação do Parque Sumaúma que se encontravam principalmente no lado leste do terreno, trecho que compreende à avenida Bispo Pedro Massa e à rua 47 do núcleo 5, Cidade Nova 1 e no lado oeste, onde parte do fragmento florestal remanescente foi excluído (Figura 18).

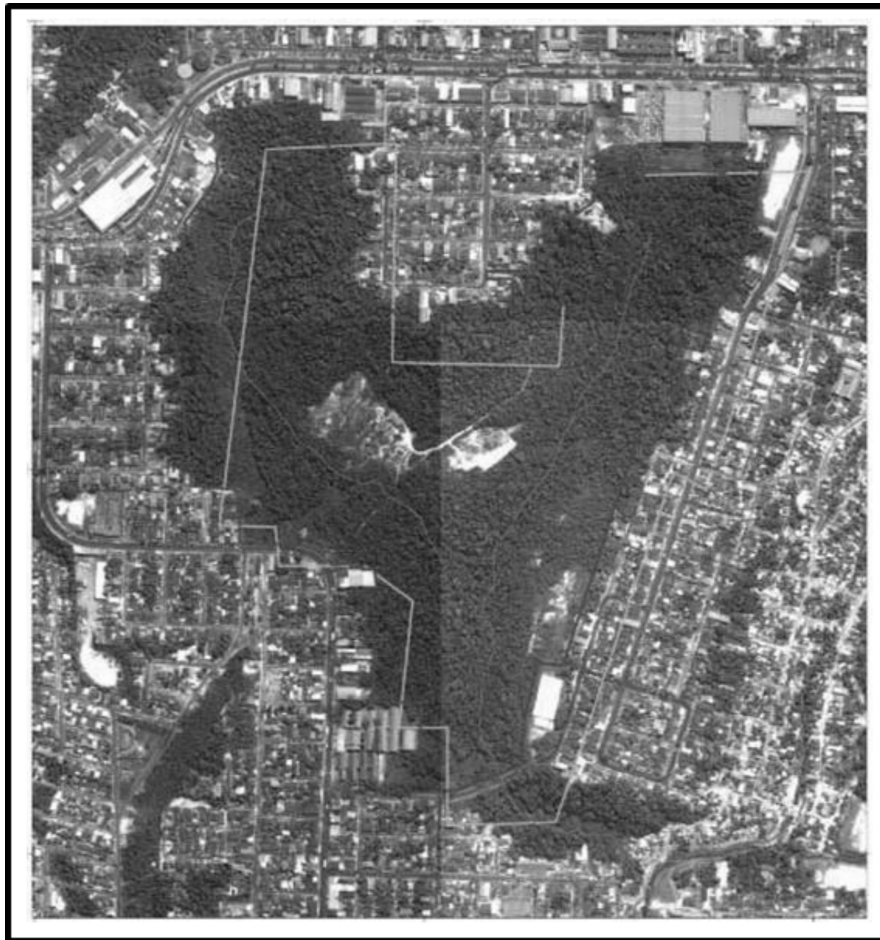


Figura 18. Mapa do Parque Estadual Sumaúma elaborado pelo Laboratório de Geoprocessamento (LabGeo) do Ministério Público Estadual (MP-AM): Linha vermelha representa a área real corrigida do Parque e a linha verde, as delimitações incorretas.

Fonte: <https://www.mpam.mp.br>

Com as alterações, o Parque passou a ter 51,79 ha. O aumento deu-se à exclusão na nova regulamentação de uma área correspondente a 1,7 hectares, por onde passa a obra do trecho 2 da Avenida das Torres e a inserção de aproximadamente 2,5 hectares de áreas verdes próximas ao Parque.

Em entrevista com o Sr. Antonio Augusto Leite, a luta para propor outras ações para evitar que a Avenida a ser construída foi desgastante e o Poder Público não quis mais dispor recursos para amenizar que a construção da obra não influenciasse nos buritizais e habitats dos saúns de coleira. Foi observado, durante a passagem pelas trilhas, que é perceptível o som dos automóveis dentro da floresta. Provavelmente, isto tem influenciado na evasão e, talvez, morte de algumas espécies da fauna que ali residia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos neste estudo permitem concluir que a percepção ambiental dos moradores do entorno do Parque Sumaúma é, em alguns aspectos, muito limitada e fragmentada em relação à importância do Parque para a população e quanto ao conhecimento das atividades oferecidas pelo Parque, necessitando de grande atenção do poder público para uma melhor gestão ambiental e social do local.

Poucos moradores têm uma percepção totalitária do ambiente em que vivem e dos problemas ambientais locais, revelando, assim, uma carência de projetos de sensibilização que levem a uma conscientização ambiental desta população. Igualmente, verifica-se a necessidade de políticas públicas com uma visão crítica e reflexiva sobre a noção de desenvolvimento sustentável, capazes de avançar para além de discursos bem intencionados, descortinando as utopias relacionadas ao meio ambiente.

Nesse sentido, a percepção deve ser amplamente utilizada como um instrumento de estudo ambiental, na elaboração de medidas de conservação que venham a ser implantadas nessas áreas levando-se em consideração o conhecimento prévio sobre as relações existentes entre o ser humano e a natureza, para atingir maiores resultados na busca da qualidade de vida socioambiental.

O objetivo primordial das Unidades de Conservação, seja de uso sustentável ou de proteção integral, em especial, pelos municípios nas áreas urbanas e privadas, é conciliar a sustentabilidade socioambiental do espaço pretendido para a conservação com o intuito de perpetuidade temporal, buscando a subsistência das populações tradicionais residentes na área, Portanto, tais Unidades representam uma importante ferramenta para a realização do “direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado” estabelecido no art. 225 da Constituição/1988 e parcialmente regulamentado pela Lei do SNUC.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS, **Plano de Gestão do Parque Estadual Sumaúma**. Série Técnica Planos de Gestão. Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, 2009.

ANDRADE, C. C.; HOLANDA, A. F. **Apontamentos sobre pesquisa qualitativa e pesquisa empírico-fenomenológica**. Estudos de Psicologia, 27(2), 259-268, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v27n2/a13v27n2.pdf>.

BALDWIN, Elizabeth Anne; RICHARDS, Kenneth R.. REDD, PINC and Other Shades of Green:: **Institutional Requirements for an International Forest Carbon Sequestration Treaty in a Post-Kyoto World**. *Natural Resources Journal*, Indiana, v. 52, n. 01, p.03-50, 28 maio 2011.

BELLO, A. A. **Introdução à Fenomenologia**. Bauru: EDUSC, 2006.

BRASIL. Constituição (2004). Lei nº 11079, de 30 de dezembro de 2004. **Institui Normas Gerais Para Licitação e Contratação de Parceria Público privada no âmbito da Administração Pública**. Brasília, DF, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Lei/L11079.htm. Acesso em: 11 ago. 2019.

BRASIL. **Áreas Protegidas do Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/index.cfm>. Acesso em: 12 ago 2019.

BRASIL. Constituição (2000). Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000. **Institui O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), e da Outras Providencias**. Brasília, DF, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Lei/L11079.htm. Acesso em: 17 set. 2019.

CENTRO ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO AMAZONAS – CEUC/SDS. 2013. **Apresentação Institucional: Reunião CEUC e Parceiros Institucionais**. Junho de 2013.

CORSON, W. H. **Manual global de ecologia – o que você pode fazer a respeito da crise do meio ambiente**. São Paulo, Angustus, 1993. 413p.

COSTA, N. M. C.; COSTA, V. C.; VALIM, C. B.; SOUZA, A. C. C. C.; SALES, A. C. de G. **Significado e importância da zona de amortecimento de unidades de conservação urbanas: o exemplo do entorno das áreas legalmente protegidas da cidade do Rio de Janeiro**. Revista Geo UERJ, 1(17), 2007. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1298>.

DAVIDOFF, L. F. **Introdução à psicologia**. São Paulo: McGraw – Hill do Brasil, 1993. 237p.

DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (Org.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira.** São Paulo: Studio Nobel; São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 1996.

Del Rio, V.; Oliveira, L. **Percepção ambiental: a experiência brasileira.** 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

DEPRAZ, N. **Compreender Husserl.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. (Série Compreender)

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada.** 2. Ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

DURKHEIM, E. **Sociologia e filosofia.** São Paulo: Martin Claret, 2009.

FAGGIONATO, S. Percepção ambiental. Disponível em: www.educar.sc.usp.br/textos. Acessado em 10 set 2019.

FERNANDES, E. T.; CUNHA, A. M. O. C.; MARÇAL JUNIOR, O. **Educação ambiental e meio ambiente: Concepções de profissionais da educação.** In: Encontro Pesquisa em Educação Ambiental: abordagens epistemológicas e metodológicas, 2. São Carlos-SP. Anais. São Carlos, SP: UFSCar, 2003.

FERNANDES, R. S. et al. **instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e O uso da percepção ambiental como ambiental.** In: ENCONTRO DA ANPPAS, 2., 2004, Indaiatuba. Anais... Belém: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2004.

FERREIRA, C. R. T. **Avaliação da degradação ambiental urbana através da percepção ambiental: O caso do alto da bacia do limoeiro, presidente Prudente, SP. Dissertação de mestrado.** Curso de Pós Graduação em Geociências. Universidade de Presidente Prudente. SP. 2001.

FERREIRA, M. R. **Produção e conhecimento sobre degradação ambiental: uma incursão na psicologia ambiental.** 1997. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

FILHO, O. B. A. **Os estudos da percepção como a última fronteira da gestão ambiental.** In: SIMPÓSIO AMBIENTAL E QUALIDADE DE VIDA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE E MINAS GERAIS, 2, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Associação Brasileira de Engenharia Geológica, 1992.

FORGUS, R. H. **Percepção: o processo básico do desenvolvimento cognitivo.** São Paulo: Herder, 1971.

FUNATURA. Fundação Pró Natureza. Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Brasília, 1989.

GOMES, M. A. S.; SOARES, B. R. **Reflexões sobre a qualidade ambiental urbana.** Estudos Geográficos, Rio Claro, v. 2, n. 2, p. 21-30, jul-dez 2004.

HOLTZER, W. **A geografia humanista anglosaxônica: de suas origens aos anos 90**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, v. 55, n. 1/4, p. 109-145, 1993.

HOLTZER, W. **Um estudo fenomenológico da paisagem e do lugar: a crônica dos viajantes no Brasil do século XVI**. São Paulo, Tese (Doutorado em Geografia Humana) - USP, 1998.

HUSSERL, E. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**. 3. ed. Aparecida: Ideias e Letras, 2006. (Coleção Subjetividade Contemporânea).

IBGE. Indicadores sociais medidos pelo IBGE em 2005. Brasília, 10 de junho de 2007.

_____. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados Populacionais. Disponível em: www.ibge.gov.br/estatistica/populacao/contagem. Acesso em: 16 de novembro. 2019.

INSTITUTO SEMEIA. Unidades de Conservação no Brasil - o caminho da gestão para resultados. São Paulo: Semeia, 2012.

MACEDO, R. L. G. **Percepção e conscientização ambiental**. Lavras, MG: Editora UFLA/FAEPE, 2000. 132p.

MACHADO, L. M. C. P. **Percepção de paisagem e conflitos sociais na serra do Cubatão**, SP. Boletim de Geografia - UEM, v. 8, n. 1, set. 1990.

MEDEIROS, Rodrigo; YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann. Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional Rio de Janeiro: UNEP - WCMC, 2011. 121 p.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MERLEAU-PONTY, M. **O primado da percepção e suas consequências filosóficas**. Campinas: Papyrus, 1990.

MINC, C. **A ecologia nos barrancos da cidade**. In. **O desafio da sustentabilidade: Um debate socioambiental**. VIANA, Gilney; SILVA, Marina e DINIZ, Nilo (org). São Paulo. Editora Perseu Abramo, 2001.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Pilares para a Sustentabilidade Financeira do Sistema Nacional de Unidades de Conservação**: Série Áreas Protegidas do Brasil. 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009. 72 p. (07).

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

MOTTA, Ana Cláudia Domingues Casulari da. **Alternativas Financeiras para a Conservação dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação: O Caso da Estação Ecológica de Aguas Emendadas**. 2005. 113 f. Dissertação (Mestrado) -

Curso de Gestão Econômica do Meio Ambiente, Departamento de Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

MOURA, J. R. S.; COSTA, V. C. **Parque Estadual da Pedra Branca: o desafio da gestão de uma unidade de conservação em área urbana**. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (Orgs.). Unidades de conservação: abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

NOGUEIRA, Jorge Madeira; SALGADO, Gustavo Souto Maior; NASCIMENTO JUNIOR, Antônio. **Plano de negócio, unidades de conservação e diversidade biológica: lógica empresarial como alternativa de gestão ambiental?**. Engema: **VIII Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente**, Rio de Janeiro, v. 02, p.125-137, out. 2005.

NOGUEIRA, A. C. F. (et al). **A expansão urbana e demográfica da cidade de Manaus e seus impactos ambientais, Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE.**

OKAMOTO, J. **Percepção ambiental e comportamento: Visão holística da percepção ambiental na arquitetura e comunicação**. Editora Mackenzie. São Paulo, 2002.

OLIVEIRA M. M. e OLIVEIRA, V. L. F de **Relatório de Atividades do Projeto Piloto de Educação Ambiental do Parque Estadual Sumaúma** - em parceria com a SEDUC – AM. Centro Estadual de Unidades de Conservação, 2011.

PACHECO, E.; SILVA, H. P. Compromissos epistemológicos do conceito de percepção ambiental. 2006. Disponível em: <<http://www.ivtrj.net/sapis/2006/pdf/EserPacheco.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

PÁDUA, Maria Tereza Jorge. **Efetividade das políticas de conservação da biodiversidade**. IN: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, II, 2000, Campo Grande-MT. Anais do II CBUC. Campo Grande-MT: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação/Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000. Volume I, p. 104-116.

PENNA, A. G. **Percepção e realidade: introdução ao estudo da atividade perceptiva**. 3. ed. São Paulo: Mercurio Star, 1982.

PEREIRA, P. M. Unidades de Conservação das zonas costeira e marinha do Brasil. 1999. Disponível em: <http://www.bdt.fat.org.br/workshop/costa/unidades/cons#introducao>. Acesso em 16 set. 2019.

PIAGET, J. **Psicologia da inteligência**. Brasil: Fundo de Cultura, 1967.

PICOLI, Rosângela Laura. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação: Gastos efetivos e gastos necessários para garantir a conservação dos benefícios sociais da biodiversidade brasileira**. 2011. 134 f. Dissertação

(Mestrado) - **Curso de Gestão Econômica do Meio Ambiente, Departamento de Economia**, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. **Biologia da conservação**. Londrina: E. Rodrigues, 2001.

SANTOS, G. R.; BARBOSA FILHO, J.; COELHO, L. M. **Avaliação da gestão adotada na Floresta Nacional do Tapajós em Belterra-PA, na percepção dos moradores da comunidade Maguari**. Revista UNIARA, 2014.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AMAZONAS - SDS. **Coletânea de Unidades de Conservação: Leis, Decretos e Portarias. Manaus: Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**. 336 p., 2013.

SEMA. Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Estado do Paraná. Disponível em: <http://www.pr.gov.br/sema>. Acesso em: 16 set. 2019.

SIMÕES, E. A. Q.; TIEDEMANN, K. B. **Psicologia da percepção**. São Paulo: EPU, 1985. v. 10, n. 2.

SKINNER, B. F. Verbal behavior. New Jersey: Prentice-Hall, 1957.

SOARES, E. G. R. **O que revelam os índices de desenvolvimento humano na cidade de Manaus**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Amazonas, 2011).

SOARES, E. G. R. **O que revelaram os índices de desenvolvimento humano na cidade de Manaus**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

SOULÉ, M. E. **Mente na biosfera; mente da biosfera**. In: WILSON, E. O. Biodiversidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 593-598.

TEIXEIRA, P. **Produzir e viver na Amazônia: estudo sociodemográfico de comunidades do médio Solimões**. Manaus, AM, 2006, 168 p.

TUAN, Y. Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Y. Fu. **Topofilia - um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Ed. Difel: São Paulo, 1980.

WHYTE, A. V. T. **Guidelines for fields studies in environmental perception**. Paris: Unesco, 1977. (MAB Technical Notes, 5)

ANEXOS

APRESENTAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

O presente projeto de pesquisa tem como tema; “Percepção Ambiental no Entorno da Unidade de Conservação Parque Estadual Sumaúma”, com o objetivo de obtermos dados, para Avaliar a percepção ambiental dos moradores do entorno do Parque Estadual Sumaúma sobre esta Unidade de Conservação, considerando a percepção dos moradores do bairro Cidade Nova. Esta pesquisa será apresentada na defesa de TCC do curso de Licenciatura em Geografia, Universidade do Estado do Amazonas. As informações prestadas serão tratadas confidencialmente. Agradecemos sua participação.

I - Dados do (a) Entrevistado(a):

Nome: do (a) Entrevistado

(a) _____ N°: _____ DATA DA

ENTREVISTA: ____/____/____ Idade ____ Sexo: ()F ()M

Onde nasceu? _____

(Não sendo natural de Manaus), mora no bairro há quanto tempo? _____

1. - Nível de escolaridade:

() Fundamental incompleto

() Fundamental completo

() Médio incompleto

() Médio completo

() Superior incompleto

() Superior completo

II – Dados da Pesquisa Socioambiental

1. você conhece o Parque Sumaúma? () Sim, () Não.

Porque? _____

2. Você Já visitou o Parque Estadual Sumaúma e com que frequência?

3. Recomendaria aos outros para visitar o local? Sim () Não ()

4. Você sabe das atividades existente no Parque Sumaúma?

5. Que conhecimento tem sobre a existência do Parque Estadual Sumaúma?

6. Qual a importância do Parque para você ou para o bairro?

7. Você acha que o parque traz mais benefícios ou prejuízos ao bairro?

8. Você concorda que a participação dos moradores é um instrumento importante para a proteção do parque? () Sim () Não. Por quê _____



AUTORIZAÇÃO Nº. 123/2019 – DEMUC/SEMA

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), por meio do Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação (DEMUC), no âmbito de sua área de competência e considerando:

A Lei Complementar Nº. 53, de 05 de junho de 2007, que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas (SEUC/AM);

AUTORIZA entrada e execução de pesquisa em Unidade de Conservação, a saber:

1. UNIDADE DE CONSERVAÇÃO CONTEMPLADA

Parque Estadual Sumaúma

2. ATIVIDADES/AÇÃO

"Percepção ambiental no entorno da Unidade de Conservação Parque Estadual Sumaúma- Manaus/AM.

3. PERÍODO DE REALIZAÇÃO

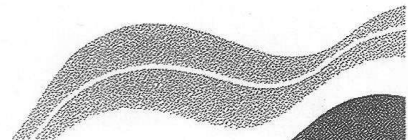
30 de outubro de 2019 a 30 de outubro de 2020.

4. VISITANTE/ AUTORIZADO:

N	Nome	Cargo	Instituição	Documento
01	Valdir Soares de Andrade Filho	Pesquisador	UEA	
02	Grace Rente dos Santos	Pesquisadora	UEA	694.120.222-04

5. CONSIDERAÇÕES

- O Parque Estadual tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (Art. 11 da Lei Complementar nº 53, de 05 de junho de 2007);
- As ações realizadas nas UC estaduais do Amazonas se darão respeitando-se as normas e restrições estabelecidas no Plano de Gestão da UC (quando houver), e as normas estabelecidas pelo órgão gestor;





- A atividade insere-se na linha temática "Percepção Ambiental", que além da grande importância, pode contribuir nas estratégias de implementação de unidades de conservação na Amazônia, contribuindo sobre maneira com o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC);
- Os objetivos desta pesquisa são de relevante interesse para a conservação, pois visa "Avaliar a percepção ambiental dos moradores do entorno do Parque Estadual sobre esta Unidade de Conservação";
- A equipe técnica participante da atividade envolve profissionais aptos à execução da mesma;
- Os métodos a serem executados na atividade são apropriados aos objetivos propostos.

RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS

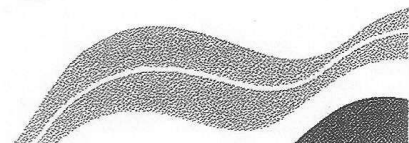
- A SEMA solicita a apresentação dos objetivos da pesquisa aos moradores (líderes comunitários) e atores envolvidos da UC antes do início das atividades do projeto;
- O cronograma das visitas de campo deverá ser ajustado em conformidade e disponibilidade do gerente da UC para planejamento e esclarecimentos gerais sobre as UC, como informações sobre infraestrutura, ou acesso as áreas preteridas para execução das atividades;

PARQUE ESTADUAL SUMAÚMA
 GERENTE: André Passos
 E-MAIL: parquesumauma@gmail.com

- Recomenda-se a contratação de moradores locais para auxiliarem nas tarefas de campo.

RECOMENDAÇÕES GERAIS (NORMAS)

- O Comitê de Ética da UEA, assim como o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético e Acesso ao Conhecimento Tradicional Associado (CGEN), quando for o caso, deverá ser consultado a fim de se ter as devidas autorizações e/ou licenças que se façam necessárias;
- A SEMA autoriza o acesso às unidades de conservação estaduais e a coleta de material biológico de qualquer natureza devendo haver o respaldo por autorização via SISBIO e termo de anuência do DEMUC;





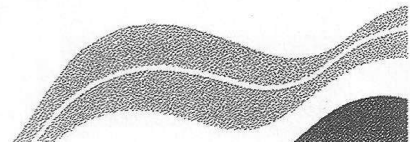
- A SEMA mantém cooperação com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) para depósito de material biológico originário das Unidades de Conservação (UC) estaduais. Assim, o material biológico coletado deverá ser depositado em instituições sediadas no Estado do Amazonas, realizando o contato prévio com a curadoria da coleção – Dra. Lúcia Rapp, lucia.rapp@gmail.com 3643-3226/ 3643-3341, a qual indicará os contatos das demais coleções para todos os grupos que serão coletados;
- Qualquer alteração no cronograma deverá ser comunicada à gerente da UC e a Assessoria de Pesquisas e Monitoramento Ambiental – pesquisaemonitoramento@gmail.com (3642-4607);
- Sendo assim, recomenda-se à pesquisa e a emissão de autorização podendo ser renovada, se necessário, mediante apresentação de relatório e justificativa.
- Em todas as divulgações, devem ser citadas o Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação (DEMUC/SEMA) e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, e de acordo com o art. 50 do Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC (Lei Complementar nº 53/2007):

Art. 50. A comercialização de produtos florestais, subprodutos, recursos ambientais e o aproveitamento econômico de serviços ambientais e outros serviços obtidos ou desenvolvidos a partir de recursos naturais biológicos, cênicos, culturais ou da imagem de Unidade de Conservação, exceto APA, RPPN e RPDS, dependerá de prévia autorização do Órgão Gestor e sujeitará o contratado ou o comprador a pagamento, conforme disposto em regulamentação específica.

- A logomarca da SEMA e Governo do Amazonas devem ser solicitados para a assessoria de comunicação – ASSCOM (imprensasema.am@gmail.com), e de acordo com o parágrafo 1º do Art. 51 do SEUC:

§1º A utilização do nome da unidade de Conservação, da logomarca da Unidade de Conservação, do Órgão Gestor e do Governo do Amazonas, em produtos comerciais, sujeitará o usuário a pagamento, conforme contrato específico.

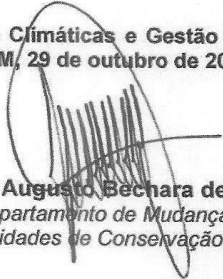
- Após o término da pesquisa deverá ser encaminhado o relatório geral nos moldes do DEMUC no prazo de até 45 dias, e os demais resultados solicitados, no prazo de até 120 dias. Esta ação condicionará na emissão de novas autorizações ou sua renovação no nome de qualquer um dos participantes do projeto, seja como responsável ou não pelo mesmo.
- Os resultados direcionados ao DEMUC estão abaixo e serão exigidos:





1	Imagens (fotos) do desenvolvimento da pesquisa;
2	Informações de entrevistas e coleta;
3	Pontos georreferenciados das comunidades;
4	Relatório Geral, artigos, publicações;
5	Relatório modelo DEMUC

Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação
do Amazonas, em Manaus/AM, 29 de outubro de 2019.


Kleber Augusto Béchara de Oliveira
*Chefe do Departamento de Mudanças Climáticas e
Gestão de Unidades de Conservação-DEMUC/SEMA*

